

# Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Montijo

**2020 - 2022**

Montijo, Dezembro de 2019

## Índice Geral

1. Enquadramento.....	7
2. Diagnóstico Local.....	10
2.1. Breves notas conceptuais.....	10
2.2. Dinâmicas demográficas e imigratórias .....	11
2.3. Países de origem da imigração.....	15
2.4. Imigração e estrutura etária da população.....	22
2.5. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo .....	26
2.5.1. Inserção laboral e atividade profissional .....	26
2.5.2. A perspetiva das entidades empregadoras locais.....	32
2.5.3. Empreendedorismo.....	34
2.6. Educação e Língua .....	37
2.6.1. Qualificações .....	37
2.6.2. Crianças imigrantes nos equipamentos e escolas Montijo .....	38
2.6.3. Projetos no concelho direcionados a crianças e jovens.....	44
2.6.4. Domínio do Português.....	44
2.7. Capacitação e Formação .....	48
2.8. Urbanismo e Habitação.....	51
2.9. Saúde.....	52
2.10. Serviços de acolhimento e integração .....	54
2.11. Solidariedade e Resposta Social.....	58
2.11.1. Remunerações declaradas .....	58
2.11.2. Benefícios sociais.....	60
2.11.3. Proteção de crianças e promoção de direitos.....	64
2.12. Racismo e Discriminação.....	66
2.13. Cidadania e Participação .....	67
2.14. Igualdade de Género .....	70
2.15. Cultura.....	71
2.16. Media e Sensibilização da Opinião Pública .....	72
2.17. Relações Internacionais.....	72
2.18. Religião .....	73
2.19. Reconhecimento e Prevenção de Práticas Nefastas .....	73

3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Montijo 2020-2022 .....	74
3.1. Dimensão Estratégica.....	74
3.2. Dimensão Operacional.....	81
4. Modelo de Monitorização e Avaliação.....	91
5. Acompanhamento e Modelo de Governação.....	94
6. Referências bibliográficas e documentação consultada .....	95

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente no concelho do Montijo (v.a.), 2011-2018 .....	11
Gráfico 2 – População residente em Portugal (v.a.), 2011-2018 .....	12
Gráfico 3 – Taxa de crescimento natural em Portugal e no concelho do Montijo, 2015-2018 (%) .....	12
Gráfico 4 – Taxa de crescimento migratório em Portugal e no concelho do Montijo, 2015-2018 (%) .....	12
Gráfico 5 – Percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente em Portugal e no concelho do Montijo – 2008-2018 (%) .....	14
Gráfico 6 – 10 principais nacionalidades residentes em Portugal .....	17
Gráfico 7 – Taxa bruta de natalidade, por nacionalidade, em Portugal e no concelho do Montijo,.....	24
Gráfico 8 – Índice de envelhecimento para população portuguesa e estrangeira em Portugal, 2011-2018 .....	25
Gráfico 9 – Índice de envelhecimento em Portugal e no concelho do Montijo, 2011-2018 .....	25
Gráfico 10 – Crianças estrangeiras em equipamentos de apoio à infância, por sexo, no concelho do Montijo,.....	38
Gráfico 11 – Crianças estrangeiras em equipamentos de apoio à infância, segundo as principais nacionalidades, no concelho do Montijo, 2014 -2018 (v.a.).....	39
Gráfico 12 – Nacionalidade dos/as alunos/as de PFOL.....	46
Gráfico 13 – Tempo de residência no concelho do Montijo dos/as alunos/as estrangeiros/as de PFOL .....	46
Gráfico 14 – Tempo de residência em Portugal dos/as alunos/as de PFOL.....	46
Gráfico 15 – Atividade laboral dos/as alunos/as de PFOL .....	47
Gráfico 16 – Principais dificuldades sentidas na vivência em Portugal dos/as alunos/as de PFOL .....	48
Gráfico 17 – Alunos/as estrangeiros/as matriculados/as na Escola Profissional do Montijo, por sexo, 2014-2018 (%).....	49
Gráfico 18 – Nacionalidades dos/as alunos/as estrangeiros/as matriculados/as na Escola Profissional do Montijo, por sexo, 2014-2018 (v.a.) .....	50
Gráfico 19 – Alunos/as estrangeiros/as matriculados/as na Escola Profissional do Montijo, por área de formação e sexo, 2014-2018 (%).....	50
Gráfico 20 – Principais motivos de atendimento no CLAIM do Montijo, 2014-2018 .....	55
Gráfico 21 – Principais motivos de atendimento no CLAIM do Montijo, 2014 e 2018.....	55

Gráfico 22 – Principais nacionalidades dos/as utentes do CLAIM do Montijo, em 2014, 2016 e 2018 (v.a).....	56
Gráfico 23 – Homens utentes do CLAIM do Montijo, por grupo etário em 2014 e 2018 (%).....	57
Gráfico 24 – Mulheres utentes do CLAIM do Montijo, por grupo etário em 2014 e 2018 (%)...	57

## Índice de Quadros

Quadro 1 - População estrangeira residente em Portugal, na Península de Setúbal e .....	13
Quadro 2 - População estrangeira residente, por sexo, em Portugal, Península de Setúbal e concelho do Montijo, 2014 – 2018 (%) .....	14
Quadro 3 – Total de população estrangeira residente, total de NPT e Nacionais da UE, por sexo, .....	15
Quadro 4 - População estrangeira residente segundo as nacionalidade mais representativas, no concelho do Montijo - 2018 .....	16
Quadro 5 - População estrangeira residente segundo as nacionalidades mais representativas, no concelho do Montijo, por sexo - 2018 .....	18
Quadro 6 - Peso relativo das principais nacionalidades residentes em Portugal, em comparação com o concelho do Montijo, por sexo - 2018 (%) .....	19
Quadro 7 - Nacionalidades mais representativas em 2018 no Montijo e taxa de variação face a 2013.....	20
Quadro 8 - População residente oriunda de países asiáticos em 2018, no Montijo (v.a.) .....	21
Quadro 9 - Fluxos migratórios com novos títulos emitidos pelo SEF em Portugal, por nacionalidade, 2016 - 2018.....	21
Quadro 10 - Peso relativo dos nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%) .....	23
Quadro 11 – Taxa de atividade no concelho do Montijo: população total e população estrangeira - 2011 .....	26
Quadro 12 – Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por setor de atividade económica em 2017 (Portugal Continental) .....	27
Quadro 13 – Número de empresas localizadas no concelho do Montijo .....	35
Quadro 14 - Número de alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no Ensino Básico e no Ensino Secundário: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo, Escola Secundária Jorge Peixinho, 2014 – 2018 (v.a.).....	39

Quadro 15 - Número de alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no Ensino Básico e no Ensino Secundário, por sexo: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e à Escola Secundária Jorge Peixinho, 2014 – 2018 (v.a.).....	40
Quadro 16 - Número de alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no Ensino Básico e no Ensino Secundário, por grupo de nacionalidade: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e à Escola Secundária Jorge Peixinho, 2014 – 2018 (v.a.).....	41
Quadro 17 - Número de alunos/as estrangeiros/as abrangido/as pela ASE: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo e Escola Secundária Jorge Peixinho no concelho do Montijo, 2014 – 2018 .....	42
Quadro 18 – Pessoas utentes do CLAIM do Montijo, segundo a situação na profissão, em 2018 .....	58
Quadro 19- Percentagem de pessoas singulares estrangeiras com remunerações declaradas/contribuições pagas face ao total de contribuintes e total da população, em Portugal e no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (%).....	59
Quadro 20 - Pessoas singulares estrangeiras com remunerações declaradas/contribuições pagas, por sexo e países de origem, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.) .....	60
Quadro 21 - Beneficiários com lançamento em subsídio de doença, residentes no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.) .....	61
Quadro 22 - Beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, residentes no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.) .....	62
Quadro 23 - Beneficiários com lançamento de subsídio de desemprego, por sexo e países de origem, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.).....	62
Quadro 24 – Peso percentual dos beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.) .....	63
Quadro 25 - Beneficiários com lançamento de RSI, por sexo e países de origem, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.).....	64
Quadro 26 – Crianças/jovens estrangeiras/os acompanhadas/os na CPCJ do concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.) .....	65
Quadro 27 – Processos de crianças/jovens estrangeiras/os acompanhadas/os na CPCJ do Montijo, por tipologia de processo, 2014 a 2018 .....	65

## Índice de Figuras

Figura 1 - Dinamização da avaliação .....	93
---	----

# 1. Enquadramento

---

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Montijo assume-se como um instrumento da política municipal em continuidade com o trabalho que tem vindo a ser realizado nesta área, no concelho, desde 2000, com a criação do Gabinete de Apoio ao Imigrante.

À semelhança do anterior, a ambição do Plano Municipal para a Integração de Migrantes é que este seja um instrumento estratégico para a integração da população migrante que reside e/ou trabalha no concelho do Montijo assumindo-se, nesse sentido e simultaneamente, como um instrumento de melhoria das condições de vida no concelho e de promoção da sua coesão social.

Na sequência dos fundos que financiam esta iniciativa, e apesar de no seu título, o plano se referir a pessoas migrantes, o seu plano de ação dirige-se essencialmente a pessoas nacionais de países terceiros (NPT). Esta opção poderia ser prejudicial para a compreensão da dinâmica inerente aos processos migratórios no seu todo. Na medida do possível, porém, procurou-se que a realidade referente à imigração com origem nos países terceiros fosse enquadrada no contexto mais genérico da imigração quer no concelho, quer no país.

O plano segue a estrutura proposta pelo ACM e, tendo em conta a metodologia de planeamento (participado) que lhe está subjacente, ele assenta num diagnóstico local da situação.

Para a elaboração do diagnóstico foi adotada a seguinte metodologia:

- Recolha de análise de documentos estratégicos de âmbito local e nacional.
- Recolha e análise bibliográfica.
- Recolha e tratamento de informação estatística de fontes oficiais.
- Formulação de pedidos específicos de informação quantitativa sobre a um conjunto diversificado de entidades locais e respetiva análise da informação cedida.
- Realização de cinco grupos de discussão temáticos com atores chave da Rede Social do Montijo. Nestes grupos discutiram-se temas como: habitação e mercado de trabalho;

educação, formação e língua; proteção social. Nestes grupos participaram 26 profissionais.

- Realização de dois grupos de discussão apenas com pessoas imigrantes que contou com a presença de 16 de homens e 8 mulheres imigrantes nacionais de países terceiros (NPT) com sete nacionalidades diferentes.
- Reuniões com elementos de duas Juntas de Freguesia.
- Reuniões com o vereador Ricardo Bernardes.
- Visita a duas explorações agrícolas de Pegões e entrevistas a pessoas responsáveis pela área dos recursos humanos.
- Lançamento de um questionário a um grupo de pessoas imigrantes NPT que integram um curso de português para falantes de outras línguas.
- Lançamento de um questionário *online* dirigido a empresas do concelho, incluindo empresas de trabalho temporário.

Os grupos de trabalho realizados permitiram confirmar as áreas prioritárias de intervenção do Plano como sendo as seguintes:

8

- Mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Educação e língua;
- Habitação;
- Serviços de acolhimento e integração;
- Racismo e discriminação;
- Cidadania e participação cívica;
- Habitação;
- Saúde.

Estas áreas foram identificadas como sendo, por um lado, as mais determinantes para a criação de um clima social favorável à integração da população imigrante e, por outro, aquelas onde se encontram os maiores obstáculos a essa mesma integração. Acresce que nas áreas referidas se podem encontrar e mobilizar recursos locais para uma intervenção coerente.

Os objetivos estratégicos do plano são:

- Promover a integração no mercado de trabalho de cidadãos e cidadãs imigrantes;

- Melhorar as condições de integração no mercado de trabalho da população estrangeira e, em particular, dos NPT;
- Combater o tráfico de seres humanos;
- Aumentar o número de pessoas estrangeiras NPT com facilidade de expressão na língua portuguesa;
- Promover o sucesso educativo de crianças e jovens imigrantes;
- Tornar o CLAIM mais acessível às populações residentes no interior do concelho;
- Desenvolver um clima favorável á integração da diversidade e valorização das diferenças;
- Aumentar os conhecimentos dos atores sociais do concelho sobre interculturalidade;
- Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada;
- Melhorar o acesso à informação das pessoas imigrantes NPT;
- Promover a participação de pessoas imigrantes NPT em atividades culturais, lúdicas e desportivas;
- Melhorar as condições de acesso à habitação da população imigrante NPT;
- Promover o acesso à saúde da população imigrante NPT.

Para a elaboração do plano foram tidos como referência os seguintes documentos:

- Plano de Desenvolvimento Social e Saúde do Montijo;
- Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020);
- IV Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Sere Humanos (2018-2021);
- Estratégia Nacional para a igualde e não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND).

## 2. Diagnóstico Local

---

### 2.1. Breves notas conceptuais

Falar de migrações é falar de uma realidade plural de grande complexidade em termos conceptuais, teóricos, legais e até daquilo que são as práticas e experiências das pessoas migrantes.

A migração diz respeito a movimentos da população que podem ser internos ao próprio país ou terem uma dimensão externa com a entrada de pessoas de outras origens (imigração) e a saída de nacionais (emigração).

Por outro lado, a migração pode incluir dinâmicas de entradas e saídas das mesmas pessoas que circulam entre países de uma mesma região por vezes incentivada por programas específicos, nomeadamente na área do emprego. A União Europeia é, aliás, um território onde esta migração circular é facilitada pelo próprio estatuto da cidadania europeia.

Quando se atenta na imigração a Organização das Nações Unidas define a pessoa imigrante internacional como aquela que muda de país de residência habitual por um período determinado (ver Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2019). Este é, no entanto, um conceito sem operacionalização na produção de estatísticas sobre o fenómeno. Se alguns autores recomendam que uma *“solução melhor para o estudo da imigração é a naturalidade dos indivíduos, destacando que o universo de imigrantes não depende da sua nacionalidade mas da sua origem”* (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2019: 10) em Portugal os dados estatísticos e administrativos disponíveis apenas permitem estimar a população imigrante – dimensão e características – através da nacionalidade, recorrendo-se, assim, como aproximação ao que surge classificado como população estrangeira.

Assim, importa ressaltar que pessoas imigrantes e pessoas estrangeiras não constituem uma única realidade, nem os conceitos são sinónimos. Quando se considera as pessoas estrangeiras há também que considerar as nacionais de países da União Europeia, por exemplo; quando se procura quantificar e caracterizar a imigração através das estatísticas disponíveis sobre a população estrangeira importa ainda não ignorar toda a diversidade de movimentos de que é composto o fenómeno migratório: há imigrantes que já podem ter a nacionalidade portuguesa

e há pessoas estrangeiras que nunca tiveram uma experiência migratória, pois já nasceram em Portugal.

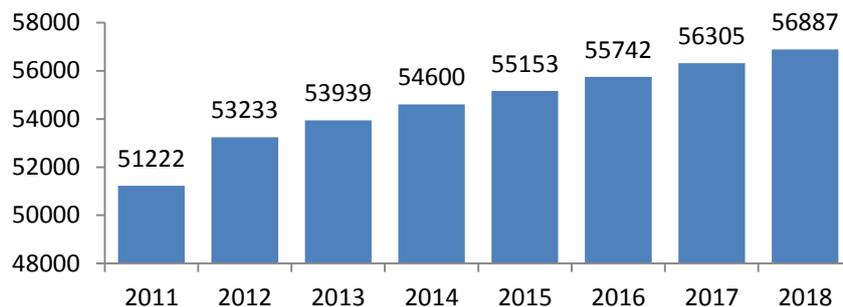
Acresce que para a contabilização do número de imigrantes no concelho a informação disponível refere-se apenas às pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência. Ora, isto leva a que fique oculta a existência de um conjunto de pessoas que aguardam pelo processo de legalização da sua estada em Portugal sendo que estas exercem pressão e representam um volume significativo de trabalho para serviços, como os CLAIM e as juntas de freguesia; assim como a estas pessoas se colocam problemas acrescidos de integração.

## 2.2. Dinâmicas demográficas e imigratórias

O concelho do Montijo, é um dos poucos municípios portugueses que se apresenta territorialmente descontínuo. O concelho insere-se no distrito de Setúbal, com uma área de 348,62 km<sup>2</sup> e composto por cinco freguesias: Sarilhos Grandes, Canha, União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia, União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e União das Freguesias de Pegões.

Em 2018 o concelho apresentava total de 56 887 habitantes: 27 499 homens (48,4%) e 29 388 mulheres (51,7%). Este total de habitantes resulta de um aumento constante da população, pelo menos desde 2011 (mais 5 665 habitantes), como se pode verificar no gráfico seguinte.

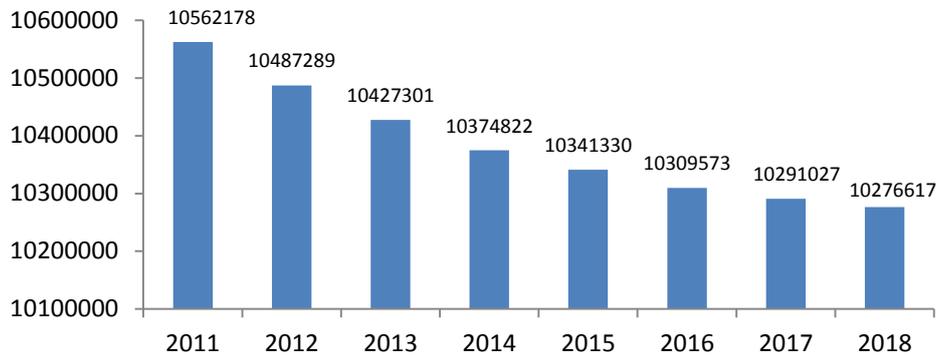
**Gráfico 1 – População residente no concelho do Montijo (v.a.), 2011-2018**



Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas anuais da população residente

Esta dinâmica de crescimento populacional do concelho é contrária às tendências verificadas para o país.

**Gráfico 2 – População residente em Portugal (v.a.), 2011-2018**



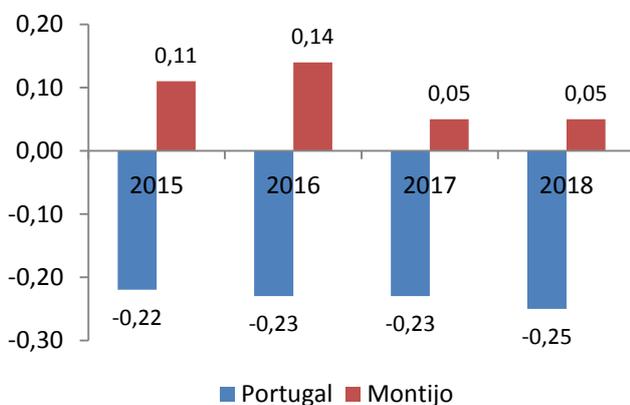
Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas anuais da população residente

Com efeito, face ao país, o Montijo parece apresentar capacidade excecional para se autorregenerar demograficamente e para atrair nova população residente.

Assim, se Portugal, ao longo dos últimos anos, apresenta saldos naturais negativos, o contrário se verifica para o concelho do Montijo. Ou seja, apesar da quebra em 2017 e 2018, o concelho apresenta sempre valores positivos no período de tempo considerado.

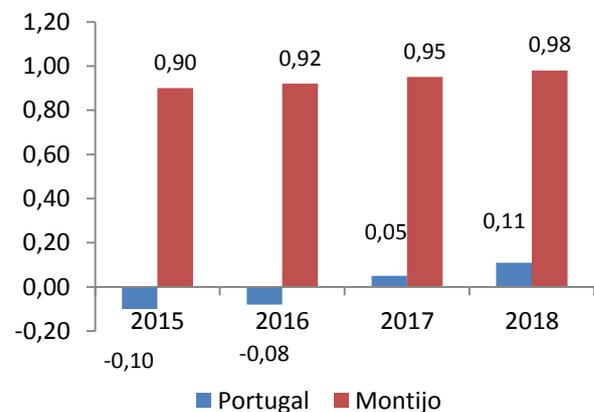
Ainda por comparação com o país, também a taxa de crescimento migratório do Montijo tem sido positiva e com um aumento constante ao longo dos anos, o que significa que o número de novos residentes se tem mantido superior ao das pessoas que saem do concelho (seja para o estrangeiro, seja para outros concelhos). Estes números comprovam a capacidade do Montijo para reter e atrair população, facto a que não será alheio a possibilidade de instalação do novo aeroporto, o fácil acesso à cidade de Lisboa e o aumento dos preços da habitação na capital.

**Gráfico 3 – Taxa de crescimento natural em Portugal e no concelho do Montijo, 2015-2018 (%)**



Fonte: INE, Indicadores demográficos

**Gráfico 4 – Taxa de crescimento migratório em Portugal e no concelho do Montijo, 2015-2018 (%)**



A entrada de população estrangeira no concelho é um outro fator contribui para a evolução verificada nas taxas de crescimento migratório, sobretudo a partir de 2016.

No território nacional, os números absolutos revelam uma descida contínua do número de pessoas estrangeiras até 2015. *“O ano de 2016 traz, contudo, uma inversão desta trajetória de declínio dos primeiros anos da presente década: em 2016 observa-se um ligeiro aumento face ao ano anterior (+2%, fixando-se os estrangeiros residentes em perto de 398 mil); em 2017 a população estrangeira volta a ultrapassar os 400 mil indivíduos (fixando-se em perto de 422 mil estrangeiros residentes, +6% face ao ano anterior); e em 2018 (com um crescimento de 14% face ao ano transato), o país atinge o valor inédito de mais de 480 mil estrangeiros residentes, stock nunca antes alcançado em Portugal.”*<sup>1</sup>

**Quadro 1 - População estrangeira residente em Portugal, na Península de Setúbal e no concelho de Montijo, 2009 - 2018**

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Total nacional</b>	Nº	454 191	445 262	436 822	417 042	401 320	395 195	388 731	397 731	421 711	480 300
	Taxa variação	-	-2,0	-1,9	-4,5	-3,8	-1,5	-1,6	2,3	6,0	13,9
<b>Península de Setúbal</b>	Nº	46 361	44 801	41 932	41 001	38 740	36 885	34 263	33 524	33 321	37 522
	Taxa variação	-3,4	-6,4	-2,2	-5,5	-4,8	-7,1	-2,2	-0,6	12,6	-3,4
<b>Montijo</b>	Nº	2 680	2 789	2 812	2 747	2 699	2 631	2 512	2 589	2 718	3 084
	Taxa variação	-	4,1	0,8	-2,3	-1,7	-2,5	-4,5	3,1	5,0	13,5

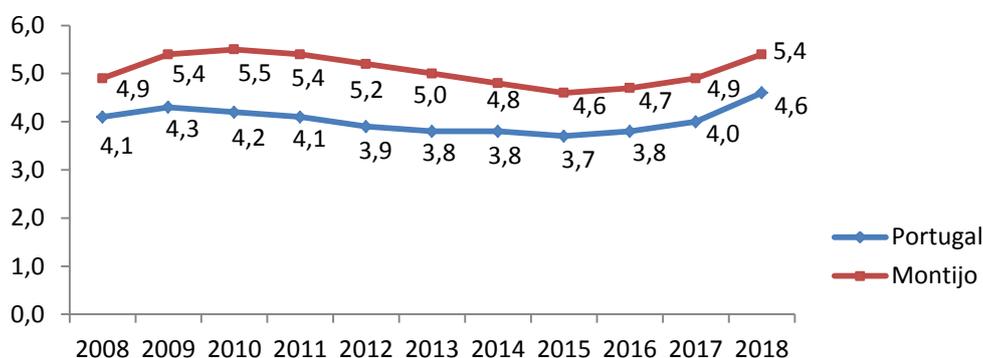
Fonte: Cálculos próprios com base em dados do SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>

O concelho do Montijo seguiu a mesma tendência de decréscimo de população estrangeira residente sendo que tal decréscimo começa mais cedo, em 2012, e apresenta o seu “pico” em 2015. Em 2016 há, pois, um retomar das dinâmicas de fixação de população estrangeira e, em 2018, a taxa de variação populacional é de +13.5%. Esta taxa é próxima da verificada a nível nacional mas superior à da região da Península de Setúbal.

Em termos percentuais, a população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho do Montijo tem um peso sempre superior ao que se verifica para Portugal: em 2018, representa 5,4% do total da população do concelho; essa percentagem é de 4,6% para Portugal.

<sup>1</sup> Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

**Gráfico 5 – Percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente em Portugal e no concelho do Montijo – 2008-2018 (%)**



Fonte: PORDATA. Última atualização: 2019-07-31

Já no que se refere à distribuição da população estrangeira por sexo, verifica-se que no Montijo, nos anos em análise, a percentagem de mulheres tem sido sempre superior à dos homens. Este cenário que se verifica desde 2012 foi designado como ‘feminização da imigração’<sup>2</sup>.

*“A imigração feminina deixou de estar associada, como no passado, a um percurso e projeto «familiar» no qual primeiro emigrava o homem e, só posteriormente, a mulher e os filhos através do reagrupamento familiar. Essencialmente desde o final do século passado, a observação dos fluxos migratórios permitiu evidenciar o crescente número de mulheres que migram por decisão própria e autónoma, fora dos contextos de reagrupamento familiar.”<sup>3</sup>*

Apesar deste aumento da imigração feminina, em 2018 as proporções tendem para um maior equilíbrio entre homens e mulheres. No caso do concelho do Montijo, o equilíbrio é total – 50% homens e 50% mulheres.

**Quadro 2 - População estrangeira residente, por sexo, em Portugal, Península de Setúbal e concelho do Montijo, 2014 – 2018 (%)**

	2014		2015		2016		2017		2018	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal	48,5	51,5	48,5	51,5	48,5	51,5	48,8	51,2	49,4	50,6
Península de Setúbal	46,2	53,8	45,9	54,1	39,6	60,4	46,3	53,7	47,4	52,6
Montijo	48,0	52,0	48,0	52,0	47,9	52,1	48,5	51,5	50,0	50,0

Fonte: Cálculos próprios com base em dados do SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>

<sup>2</sup> Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

<sup>3</sup> Gomes, Natália (2017), *A mulher estrangeira na população residente em Portugal*, Boletim Estatístico OM Nº1, Coleção *Imigração em Números* (coordenação Catarina Reis Oliveira), Observatório das Migrações.

Isto significa que, em 2018, a informação estatística disponível dá conta de 3 084 pessoas estrangeiras com estatuto legal a residirem no concelho do Montijo, das quais 1541 são do sexo feminino e 1543 do sexo masculino.

### 2.3. Países de origem da imigração

Os países de origem dos residentes estrangeiros no concelho do Montijo são bastante diversificados, sendo que no total, contabilizam-se 62 países origem diferentes. A maior parte deles (43) são países externos à União Europeia, ou seja, os designados Países Terceiros.

**Quadro 3 – Total de população estrangeira residente, total de NPT e Nacionais da UE, por sexo, concelho do Montijo, 2018 (v.a.)**

	Total	% / Total	%	H	%	M	%
Total de imigrantes	3 084	100	100	1 543	50,0	1 541	50,0
Total de NPT	1 809	58,7	100	877	48,5	932	51,5
Total de Nacionais UE	1 275	41,3	100	666	52,2	609	47,8

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios.

Daqui decorre que a maior parte da população estrangeira com estatuto legal de residência no Montijo tenha origem em países fora da União Europeia (EU) – 1 809 (58,7% do total de população estrangeira em situação regular), em 2018. Especificamente neste grupo regista-se uma ainda maior percentagem de elementos do sexo feminino (51,5%), o que terá certamente que ver com o peso das mulheres na imigração com origem no Brasil.

Olhando mais detalhadamente para os principais países de origem da imigração verifica-se que, no que diz respeito aos países terceiros, são o Brasil e, mais distanciadamente, a Ucrânia, o Nepal, Angola e China os que têm maior número de cidadãos/cidadãs a residir no concelho, tal como se pode ver no quadro em baixo. Se considerarmos os países da EU destaca-se a Roménia com 1024 nacionais a residir no Montijo.

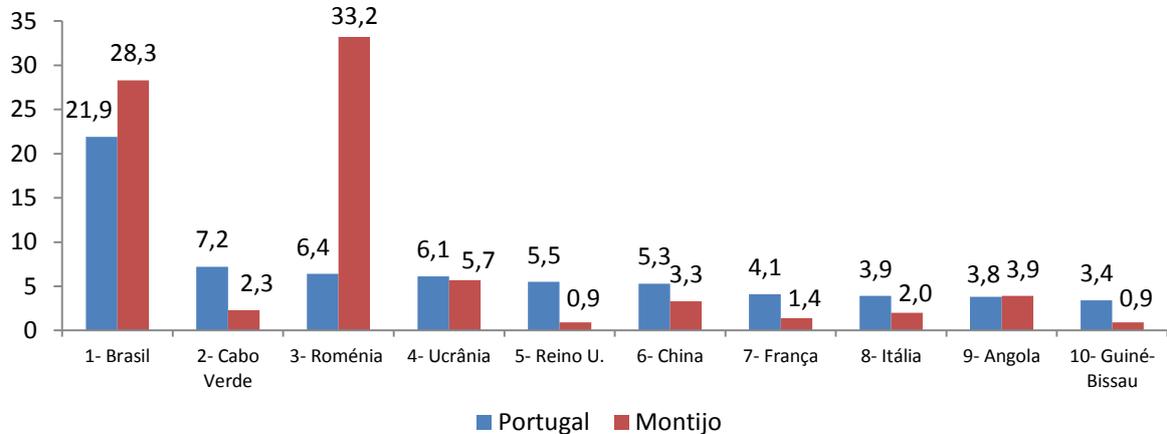
**Quadro 4 - População estrangeira residente segundo as nacionalidade mais representativas, no concelho do Montijo - 2018**

Nacionalidades - Total de população estrangeira	N	%	Nacionalidades - Total de população nacional de países terceiros	N
Roménia	1024	33,2		
Brasil	873	28,3	Brasil	873
Ucrânia	177	5,7	Ucrânia	177
Nepal	121	3,9	Nepal	121
Angola	120	3,9	Angola	120
China	102	3,3	China	102
Cabo Verde	70	2,3	Cabo Verde	70
Índia	66	2,1	Índia	66
Itália	62	2,0	Moldávia	52
Moldávia	52	1,7	Tailândia	41
França	42	1,4	São Tomé e Príncipe	35
Espanha	41	1,3	Guiné Bissau	28
Tailândia	41	1,3		
São Tomé e Príncipe	35	1,1		
Guiné Bissau	28	0,9		
Reino Unido	27	0,9		
<b>Total</b>	<b>3 084</b>	<b>100</b>		

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios.

Fazendo uma comparação com Portugal, o concelho do Montijo apresenta algumas diferenças face às nacionalidades com maior relevo no panorama nacional. Tendo por base as dez principais nacionalidades as maiores diferenças ocorrem no peso da população romena e da brasileira. Assim, se em Portugal, os/as residentes oriundos do Brasil constituem a comunidade estrangeira mais numerosa, representando 21,9% das pessoas estrangeiras com estatuto legal de residência, esta percentagem no Montijo é de quase 30%. Por outro lado, no concelho do Montijo a população romena tem um peso ainda maior (33%, face a 6,4% no país) sendo, como foi referido anteriormente, a maior comunidade de pessoas estrangeiras residentes no concelho.

**Gráfico 6 – 10 principais nacionalidades residentes em Portugal com o concelho do Montijo, 2018 (%)**



Fonte: Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM e cálculos próprios a partir de dados do SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>

No que se refere à distribuição por sexo da população estrangeira verifica-se que algumas diferenças quando se considera a nacionalidade.

Roménia mas também a imigração com origem em países da Ásia, como o Nepal, Índia e Tailândia são (ainda) países de uma imigração iminentemente masculina. Esta realidade poderá estar relacionada com o facto de estes serem países mais longínquos e de grande parte destas pessoas inseridas no setor da agricultura, caracterizado em grande parte pela sazonalidade, tornando mais difícil o reagrupamento familiar. Por outro lado, estas sociedades de origem tenderão para padrões onde a saída do país para ir trabalhar no estrangeiro é um papel mais masculino do que feminino. Acresce ainda o facto de esta ser uma imigração mais recente do que outras presentes no concelho.

É o Brasil onde tem origem uma imigração muito feminizada. Os países africanos de expressão portuguesa apresentam a mesma tendência mas de modo mais tímido.

**Quadro 5 - População estrangeira residente segundo as nacionalidades mais representativas, no concelho do Montijo, por sexo - 2018**

Nacionalidades	Total	H	M	Diferencial H-M
Roménia	1024	540	484	56
Brasil	873	379	494	-115
Ucrânia	177	80	97	-17
Nepal	121	84	37	47
Angola	120	55	65	-10
China	102	52	50	2
Cabo Verde	70	28	42	-14
Índia	66	53	13	40
Itália	62	31	31	0
Moldávia	52	25	27	-2
França	42	17	25	-8
Espanha	41	20	21	-1
Tailândia	41	35	6	29
São Tomé e Príncipe	35	13	22	-9
Guiné Bissau	28	17	11	6
Reino Unido	27	16	11	5
<b>Total no concelho</b>	<b>3 084</b>	<b>1543</b>	<b>1541</b>	<b>2</b>

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios.

- Diferenças significativas entre homens e mulheres, com vantagem para os homens.
- Diferenças significativas entre homens e mulheres, com vantagem para as mulheres.

Esta mesma tendência verifica-se, em traços largos, no país, à exceção da China, Guiné, França e Itália. Em relação aos dois primeiros regista-se no concelho do Montijo um maior peso relativo de homens oriundos destes países, por comparação com a situação a nível nacional. Ao contrário, a França tem, no concelho, um maior peso de nacionais do sexo feminino do que em Portugal, no seu conjunto.

**Quadro 6 - Peso relativo das principais nacionalidades residentes em Portugal, em comparação com o concelho do Montijo, por sexo - 2018 (%)**

	Portugal		Montijo	
	H	M	H	M
Brasil	40,6	59,4	43,4	56,6
Angola	45,1	54,9	45,8	54,2
Ucrânia	46,0	54,0	45,2	54,8
Cabo Verde	46,5	53,5	40,0	60,0
China	49,8	50,2	51,0	49,0
Guiné-Bissau	52,7	47,3	60,7	39,3
França	53,6	46,4	40,5	59,5
Reino Unido	53,7	46,3	59,3	40,7
Roménia	54,6	45,4	52,7	47,3
Itália	59,0	41,0	50,0	50,0

Fonte: Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM; Cálculos próprios com base em SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>.

Tomando o período de 2013 – 2018, verifica-se que aí se registaram importantes alterações nos países de origem dos fluxos migratórios em direção ao concelho do Montijo.

A primeira alteração a dar conta prende-se com o surgimento do Nepal enquanto país de origem de imigração. Em 2013, não havia registo de nacionais daquele país a residir no concelho. Por outro lado, outras nacionalidades de países asiáticos tiveram aumentos significativos como é o caso da indiana - com apenas um/a residente registado em 2013 e que passa a registar 66 pessoas, em 2018.

Ao contrário, registaram-se grandes decréscimos no número de nacionais de países terceiros, da chamada Europa de Leste como a Moldávia (-46,4%) e a Ucrânia (-41,2%). Ainda que sendo menor, houve também um decréscimo dos residentes nacionais de países africanos como seja São Tomé e Príncipe (-25,5%) e Cabo Verde (-11,4%).

À semelhança do que se verificou a nível nacional, também no concelho do Montijo se registou um aumento de pessoas oriundas de países da União Europeia como sejam Itália, (+376%), Reino Unido (+350%) e da França (+180%). Segundo o relatório estatístico anual do Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2019) o aumento de nacionais da EU no país deve-se, sobretudo, à entrada de pessoas mais velhas e reformadas.

**Quadro 7 - Nacionalidades mais representativas em 2018 no Montijo e taxa de variação face a 2013**

Nacionalidades mais representativas em 2018	Total de residentes 2018	Total de residentes 2013	Taxa de variação 2013-2018 (%)
Roménia	1024	1046	-2,1
Brasil	873	657	32,9
Ucrânia	177	301	-41,2
Nepal	121	0	121 000,00
Angola	120	92	30,4
China	102	97	5,2
Cabo Verde	70	79	-11,4
Índia	66	1	6 500,0
Itália	62	13	376,9
Moldávia	52	97	-46,4
França	42	15	180,0
Espanha	41	28	46,4
Tailândia	41	24	70,8
São Tomé e Príncipe	35	47	-25,5
Guiné Bissau	28	28	0,0
Reino Unido	27	6	350,0

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/> e cálculos próprios

O aumento das pessoas estrangeiras oriundas de países asiáticos mudou um pouco a face da imigração no concelho do Montijo, tornando-a muito mais visível, tal como ficou expresso nos grupos de discussão realizados no âmbito da elaboração do diagnóstico. De facto, se até aqui a maior parte das pessoas imigrantes passava despercebida aos olhos da restante população pois o seu aspeto físico não era distinto dos nacionais, a imigração com origem na Ásia traz para Portugal pessoas que se distinguem fisicamente e que se apresentam diferentes também no seu modo de vestir.

Tendo em conta esse impacto, convém salientar os países asiáticos com maior número de residentes no Montijo, em 2018. Esses países são: Nepal, China, Índia, Tailândia e Paquistão. Menos numerosas são as pessoas oriundas do Bangladesh; Filipinas e Uzbequistão.

**Quadro 8 - População residente oriunda de países asiáticos em 2018, no Montijo (v.a.)**

Nacionalidades	Total de residentes 2018
Nepal	121
China	102
Índia	66
Tailândia	41
Paquistão	11
Bangladesh	4
Filipinas	2
Uzbequistão	2

Fonte: SEF, estatísticas. <http://sefstat.sef.pt/>

Um estudo recente sobre a integração de imigrantes (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019) refere que a nível nacional, entre 2017 e 2018, se verificou um aumento expressivo de novos títulos emitidos pelo SEF a pessoas de origem brasileira (+143,7% de vistos), indiana (+127,3% de vistos) e nepalesa (+141,2% de vistos). As nacionalidades nepalesa e indiana estão, assim, no topo das nacionalidades com mais títulos atribuídos em 2018, como se pode verificar no quadro em baixo. Tal significa que as correntes migratórias em direção ao Montijo estão a seguir as mais recentes tendências verificadas a nível nacional.

**Quadro 9 - Fluxos migratórios com novos títulos emitidos pelo SEF em Portugal, por nacionalidade, 2016 - 2018**

Nacionalidades	2016	2017	2018	Varição 2016-2018 (%)	Varição 2017-2018 (%)
Brasil	7.059	11.574	28.210	+299,6	+143,7
Itália	3.106	5.267	6.989	+125,0	+32,7
França	3.475	4.662	5.306	+52,7	+13,8
Reino Unido	3.066	3.832	5.079	+65,7	+32,5
Nepal	1.348	1.746	4.211	+212,4	+141,2
Índia	1.024	1.801	4.094	+299,8	+127,3
Espanha	2.214	2.738	2.899	+30,9	+5,9
Angola	1.479	1.831	2.877	+94,5	+57,1
Cabo Verde	1.991	2.060	2.565	+28,8	+24,5
Alemanha	1.587	1.913	2.469	+55,6	+29,1
China	2.839	2.600	2.335	-17,8	-10,2
Roménia	2.479	2.421	2.118	-14,6	-12,5
<b>Total estrangeiros</b>	<b>46.921</b>	<b>61.413</b>	<b>93.154</b>	<b>+98,5</b>	<b>+51,7</b>

Fonte: Adaptado de: Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM

De notar porém que, perante um fenómeno tão dinâmico como é a imigração, o facto de não haver estatísticas disponíveis mais recentes do que 2018 prejudica um quadro atual da realidade. Por outro lado, importa não ignorar que a imigração comporta uma dimensão que fica oculta nestes números oficiais, dado que, enquanto não obtiverem estatuto de residentes, as pessoas estrangeiras, ainda que presentes no concelho, e no país, não contam para estes números. Num dos grupos de discussão realizados a União das Freguesias de Pegões afirmou que, no último ano, mais de 1 000 pessoas oriundas de países asiáticos, que não chinesas, se dirigiram aos serviços da junta solicitando documentos necessários à sua regularização. O número avançado é muito superior às 247 pessoas que as estatísticas do SEF dão conta como estrangeiros/as de origem asiática<sup>4</sup> com estatuto legal de residência, no concelho do Montijo.

#### *2.4. Imigração e estrutura etária da população*

A entrada de população imigrante em Portugal tem, necessariamente, impactos ao nível da estrutura etária já que, ao contrário do que sucede com a população portuguesa, a população estrangeira era, em 2017, maioritariamente jovem - cerca de 60% da mesma tem idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos enquanto na população portuguesa essa percentagem é de 37,6% (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019).

Ser mais jovem implica estar em idade fértil o que significa repercussões no número de filhos/as. O contributo da população estrangeira para o número de nascimentos registados é bastante evidente. No concelho do Montijo, o peso relativo dos nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira é, em 2018, de 16% - percentagem superior à verificada em Portugal e na Península de Setúbal, como se pode verificar no quadro em baixo. Note-se que o peso da população imigrante na população residente no concelho é de 5,4%, em 2018.

---

<sup>4</sup> Não incluindo a China.

**Quadro 10 - Peso relativo dos nados-vivos de mãe com nacionalidade estrangeira (%)**

	Portugal	Península de Setúbal	Montijo
2008	9,8	15,6	11,6
2009	10,4	15,6	11,3
2010	10,6	15,3	15,0
2011	10,3	15,2	14,3
2012	9,8	13,5	12,3
2013	8,9	12,9	12,8
2014	8,7	11,8	10,8
2015	8,4	11,3	10,4
2016	8,8	12,5	11,0
2017	9,7	13,0	14,1
2018	10,8	15,7	16,0

Fonte: INE

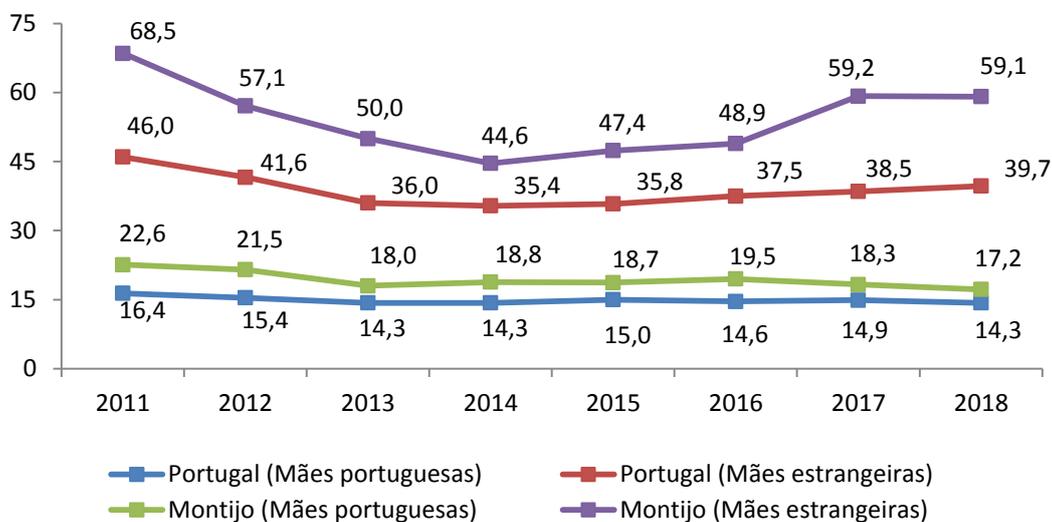
Este é, sem dúvida, um indicador do contributo da população imigrante para o atenuar do envelhecimento demográfico já que, tendo por base o número de nascimentos, traduzido nas taxas brutas de natalidade<sup>5</sup> registadas, verifica-se uma superioridade no que se refere às mães de nacionalidade estrangeira. Em Portugal, em 2018, “por cada 1000 mulheres, verifica-se quase o triplo da prevalência de nascimentos nas mulheres estrangeiras (40 nados-vivos por cada 1000 mulheres estrangeiras) por comparação ao verificado nas mulheres de nacionalidade portuguesa (14 nados-vivos por cada 1000 mulheres portuguesas), confirmando-se a maior fecundidade dos estrangeiros residentes por comparação aos portugueses e, assim, os efeitos positivos que promovem para a estrutura demográfica do país”<sup>6</sup>.

No concelho do Montijo, aquela superioridade é ainda mais evidente. Por um lado, a taxa bruta de natalidade, por comparação aos valores nacionais, manteve-se sempre mais elevada no que se refere a nados vivos de mães portuguesas. Mas se atentarmos aos valores desta mesma taxa, mas considerando os nados vivos de mães estrangeiras, verifica-se um maior distanciamento entre os valores registados a nível nacional. Ainda que a taxa bruta de natalidade entre mães estrangeiras tenha registado um decréscimo entre 2011 e 2014, ainda assim manteve-se acima da registada a nível nacional. A partir de 2015 a taxa bruta volta a aumentar novamente distanciando-se consideravelmente dos valores nacionais, que se têm mantido estáveis desde 2013.

<sup>5</sup> Número de nados-vivos por cada 1000 mulheres.

<sup>6</sup> Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

**Gráfico 7 – Taxa bruta de natalidade, por nacionalidade, em Portugal e no concelho do Montijo, 2011 - 2018 (%)**



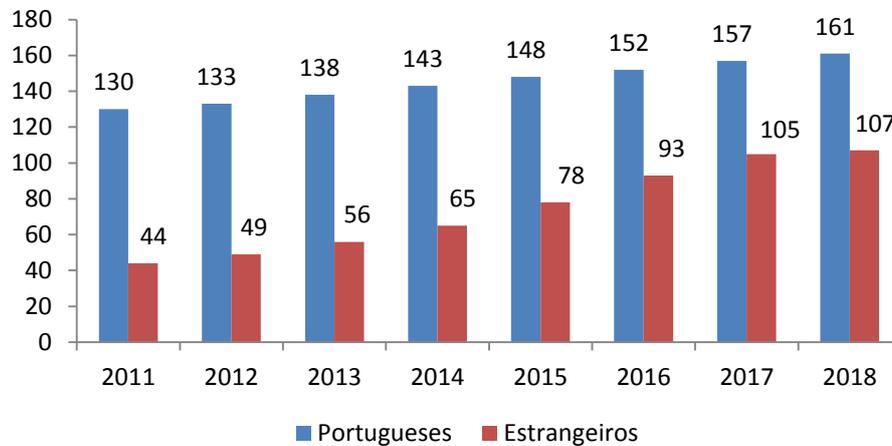
Fonte: Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM e cálculos próprios a partir de dados do INE, Nados-Vivos e Estimativas Anuais da População Residente.

Apesar do inegável contributo que a população estrangeira tem dado para o rejuvenescimento da população Portugal é assumido como um dos Estados-membros da União Europeia mais envelhecidos e com graves fragilidades demográficas.

No que se refere a este mesmo indicador mas tendo em conta a população estrangeira residente em Portugal, esta apresenta índices de envelhecimento mais baixos por comparação à população nacional. No entanto, *“a comparação dos índices de envelhecimento dos portugueses e dos estrangeiros residentes em Portugal, ao longo dos anos, mostra que os estrangeiros têm tido bastante mais jovens com menos de 15 anos que idosos com mais de 65 anos que os portugueses, embora esteja também a aumentar o índice de envelhecimento dos estrangeiros (de 2011 para 2017 passou para mais do dobro, de 44 para 105 idosos por cada 100 jovens)”*<sup>7</sup>. O ano de 2017 foi, aliás, o primeiro ano em que o número de idosos ultrapassa o número de jovens. Isto porque se tem registado, por um aumento da imigração de pessoas mais velhas, reformadas e, por outro lado, a população imigrante que está instalada em Portugal, em muitos casos, fá-lo de forma permanente, logo envelhecendo tal como a população nacional. Em 2018, o agravamento deste índice mantém-se quer para a população portuguesa, quer para a estrangeira.

<sup>7</sup> Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

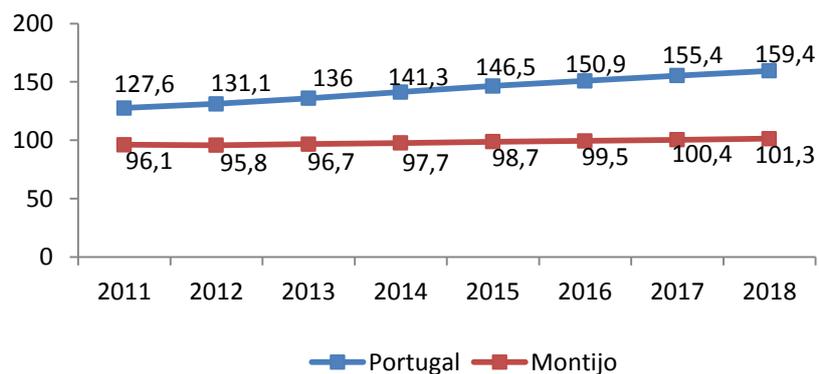
**Gráfico 8 – Índice de envelhecimento para população portuguesa e estrangeira em Portugal, 2011-2018**



Fonte: Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM e cálculos próprios a partir de dados do INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Para o concelho do Montijo não existe informação disponível sobre o índice de envelhecimento da população estrangeira mas, é de notar, que o Montijo se tem mantido como um concelho jovem no panorama nacional, com um índice de envelhecimento abaixo da média nacional, sendo que apenas em 2017 o número de pessoas idosas ultrapassa o número de jovens.

**Gráfico 9 – Índice de envelhecimento em Portugal e no concelho do Montijo, 2011-2018**



Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

## 2.5. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

### 2.5.1. Inserção laboral e atividade profissional

A integração no mercado de trabalho é, sem dúvida, um dos grandes objetivos da população imigrante em idade ativa. A busca de melhores condições de vida e dos rendimentos que as podem consubstanciar são dos principais fatores que movem uma boa parte da população imigrante.

Os indicadores do EUROSTAT revelam que, para a média da UE28, que a taxa de atividade das pessoas estrangeiras é, na generalidade dos países, superior à taxa de nacionais. “Em 2018, enquanto para os cidadãos autóctones a taxa de atividade foi de 57,3%, no caso dos cidadãos estrangeiros de países extracomunitários a taxa subia para 62,5%” (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019).

Ainda que a informação disponível esteja muito desatualizada serve, no entanto, para revelar que a população estrangeira residente no concelho do Montijo seguirá as tendências do país e da Europa. Assim, em 2011, taxas de atividade da população estrangeira eram superiores à da população nacional, tal como se pode verificar pelo quadro seguinte.

**Quadro 11 – Taxa de atividade no concelho do Montijo: população total e população estrangeira - 2011**

	Taxa de atividade
Total da população	61,6%
População estrangeira da UE	83,0%
População estrangeira não-UE	74,5%

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População 2011* in IMAD do concelho do Montijo.

Em 2017, os setores de atividade com maior número de pessoas imigrantes são as ‘atividades administrativas e serviços de apoio’, que absorvem 21,8% da mão-de-obra imigrante, e as ‘atividades de alojamento, restauração e similares’ onde se integram 21% dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as.

Seguem-se as ‘atividades do comércio por grosso e a retalho’, onde se inserem 11,9% da população imigrante com atividade económica; as ‘atividades das indústrias transformadoras’, com 9,6%; e as ‘atividades da construção’, com 8,5%.

Tomando o período 2011-2017, e muito na sequência da crise, verifica-se uma diminuição da importância do setor da construção civil (-33,6%) e um aumento (+77,8%) da importância da agricultura enquanto setores de emprego para a população imigrante.

Em termos globais, estes dados revelam a segmentação do mercado de trabalho em função da nacionalidade que estudos têm apontado, continuando as pessoas trabalhadoras estrangeiras a estarem sobre representadas nos setores que se apresentam menos atraentes para a população portuguesa, com condições de trabalho mais duras, níveis de insegurança mais elevados e remunerações mais baixas (Oliveira e Pires, 2010).

**Quadro 12 – Trabalhadores por conta de outrem, portugueses e estrangeiros, por setor de atividade económica em 2017 (Portugal Continental)**

Atividade económica (CAE)	Portugueses		Estrangeiros		Taxa de variação da mão-de-obra imigrante 2011-2017	
	N	%	N	%	Port.	Estrang.
<b>Agricultura, produção animal, caca, floresta e pesca</b>	51.815	2,0	9.922	7,1	+21,2	<b>+77,8</b>
Indústrias extrativas	8.175	0,3	232	0,2	-11,5	<b>-24,2</b>
Indústrias transformadoras	599.901	22,8	13.478	9,6	+8,8	<b>-0,3</b>
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	6.444	0,2	61	0,0	-9,0	<b>+7,0</b>
Captação, tratamento e distribuição água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	22.110	0,8	969	0,7	+17,9	<b>-19,7</b>
Construção	183.518	7,0	11.902	8,5	-18,2	<b>-33,6</b>
Comércio grosso e retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	490.719	18,7	16.641	11,9	+3,8	<b>-14,3</b>
Transportes e armazenagem	135.029	5,1	5.119	3,6	+12,0	<b>-11,1</b>
<b>Alojamento, restauração e similares</b>	194.327	<b>7,4</b>	29.478	<b>21,0</b>	+27,5	<b>+15,3</b>
Atividades informação e comunicação	76.542	2,9	2.663	1,9	+23,3	<b>+96,8</b>
Atividades financeiras e de seguros	73.576	2,8	1132	0,8	-12,8	<b>+16,0</b>
Atividades imobiliárias	19.207	0,7	1.547	1,1	+18,5	<b>+26,9</b>
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e sim.	110.417	4,2	3.200	2,3	+10,5	<b>+22,3</b>
<b>Atividades administrativas e dos serviços de apoio</b>	263.523	<b>10,0</b>	30.651	<b>21,8</b>	+26,8	<b>+20,3</b>

Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	11.123	0,4	113	0,1	+3,6	+4,6
Educação	51.715	2,0	1.787	1,3	-3,3	+1,4
Atividades de saúde humana e apoio social	250.550	9,5	6.756	4,8	+25,0	+7,5
Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	22.519	0,9	1.604	1,1	+16,9	+17,3
Outras atividades de serviços	55.935	2,1	3.029	2,2	-16,2	-14,7
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	81	0,0	11	0,0	+2,5	+37,5
<b>Total</b>	<b>2.627.226</b>	<b>100</b>	<b>140.295</b>	<b>100</b>	<b>+8,6</b>	<b>+4,6</b>

Fonte: Adaptado de: Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM

No concelho, a informação recolhida nos *workshops* dá conta de que as atividades com maior capacidade para ocupar mão-de-obra estrangeira são sensivelmente as mesmas que no país: restauração; comércio; indústrias transformadas; agricultura e serviços domésticos e de apoio social. Também no concelho a construção civil perdeu importância após a construção da Ponte Vasco da Gama e durante o período da crise não tendo a mesma capacidade para absolver mão-de-obra imigrante.

A não homogeneidade da população estrangeira manifesta-se na atividade económica do Montijo. Isto é, não há uma distribuição homogénea dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as pelos diferentes setores da economia.

No setor agrícola encontram-se, sobretudo, imigrantes oriundos da Ásia, nomeadamente Nepal e Índia, registando-se também a presença de imigrantes de países de leste da Europa (da EU e países terceiros), nomeadamente da Roménia e da Moldávia. Tal como foi referido nas entrevistas a elementos dos recursos humanos de empresas agrícolas do concelho, estes/as trabalhadores/as imigrantes, na maior parte dos casos, não são contratados diretamente pelas empresas locais mas sim por empresas de trabalho temporário. Apesar de haver mulheres, esta é uma mão-de obra essencialmente masculina.

Já no comércio a retalho, mas como empresários, surgem as pessoas chinesas.

Mas na restauração (restaurantes e cafés), e no comércio, como empregados/as de loja, predominam as pessoas de origem brasileira, sobretudo, mulheres. Já nos serviços domésticos e de apoio social haverá uma maior presença de mulheres do leste da Europa. Algumas IPSS participantes nos grupos de discussão para o diagnóstico chegaram a afirmar que só

encontram pessoas estrangeiras disponíveis para trabalhar na área do apoio a pessoas idosas e/ou dependentes havendo, a este nível, necessidade de formação específica.

Confirma-se, pois, que maioritariamente estas pessoas ocupam lugares na economia que vão sendo “deixados” pela população nacional por serem pouco atrativos dadas as condições de trabalho, os horários, as remunerações ou os sistemas de progressão na carreira.

A atividade na agricultura, por exemplo, caracteriza-se, fundamentalmente, pela sazonalidade levando a períodos de inexistência de trabalho e ausência de rendimentos.

Na visita feita a explorações agrícolas em Dezembro de 2019, foi referido que numa altura de “pico” da atividade a empresa chega a empregar cerca de 200 pessoas das quais cerca de 90% são imigrantes. No resto do ano a existem 30/40 pessoas a trabalhar e mais de metade são portuguesas.

Esta sazonalidade preocupa as autoridades locais mas preocupa, em particular, as pessoas estrangeiras que trabalham no setor. No grupo de discussão com imigrantes, alunos e alunas de um curso de Português para Falantes de Outras Línguas, a irregularidade do trabalho agrícola foi apresentada como um obstáculo a uma melhor inserção. No entanto, perante isto estas pessoas têm uma atitude proactiva que as conduz a uma mobilidade interna: no próprio concelho, de uma empresa para outra, aproveitando diferentes períodos de pico da produção de distintos produtos; em direção a outros concelhos, nomeadamente do Alentejo, Algarve e zona Oeste onde trabalham noutras explorações agrícolas.

Outra estratégia acionada, perante a sazonalidade do trabalho agrícola, é a participação em atividades ilegais como é a apanha de bivalves. A apanha de bivalves no rio Tejo é um problema já identificado no diagnóstico anterior e em 2012 já se escrevia: *“De manhã, junto à zona de praia do Samouco, no concelho de Alcochete, os carros chegam quase até à rotunda. E a rotunda está longe. Os estacionamento estão cheios, mas a praia tem poucos banhistas na areia. Para perceber onde se enfiaram as centenas de pessoas que ‘largaram’ os carros à torreira do sol é preciso estar disposto a passar um canal onde a água chega quase à cintura e andar a pé uns largos metros. Ao fundo, para a esquerda e para a direita da ponte Vasco da Gama – onde o trânsito passa indiferente ao cenário por debaixo – estão os apanhadores da amêijoia. Chegam em grupos ou sozinhos; nas mãos carregam pás e baldes, garrações e sacos vazios, latas de tinta sem tinta; às costas levam mochilas, grandes. São homens, mulheres e*

crianças. (...) Já vêm também romenos, ucranianos e chineses, agora que a crise deu à costa é um arco-íris de nacionalidades a apanhar bivalves.” (Correio da Manhã 28 de Agosto de 2012).<sup>8</sup>

As pessoas que aí trabalham fazem-no sem que tenham qualquer contrato, são pagas por quilo de amêijoa recolhida e, apesar dos rendimentos auferidos serem, ao que foi dito, bastante atrativos, estas pessoas trabalham em condições deploráveis. Uma pessoa estrangeira, participante num dos *workshops*, testemunhou que o seu marido, após meses de trabalho na apanha, ficou com um grave problema nas pernas, devido à humidade e ao frio, que limitam agora a sua atividade profissional - “As pessoas na apanha [de bivalves] estão numa situação de quase escravatura”. Por outro lado, num grupo de discussão com profissionais do concelho, a atividade da apanha surge como algo que contribui para uma má imagem das pessoas imigrantes ainda que quem compra os bivalves sejam pessoas portuguesas. Essa má imagem advém não só do facto de esta ser uma atividade ilegal mas, sobretudo, porque tem um grande impacto ambiental ao produzir lixo - as fraldas usadas pelas pessoas durante a apanha são deixadas a céu aberto.

De notar, porém, que esta atividade continua sendo uma atração de mão-de-obra estrangeira. Num dos *workshops* realizados com pessoas imigrantes foi referido que está em curso a vinda de muitas pessoas moldavas para Portugal e, mais especificamente para o Montijo e Alcochete, para virem trabalhar na apanha da amêijoa tida como um trabalho altamente rentável no imediato.

Outra atividade complementar ao trabalho na agricultura durante os períodos de quebra é a apanha de pinhas.

A presença de pessoas estrangeiras a trabalharem na agricultura no Montijo torna-se ainda mais visível pela grande concentração desta atividade na chamada zona rural do concelho. Pegões é identificada como uma “*bolsa de população imigrante*”. Ainda que no centro do concelho - nas União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro e União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia - também residam pessoas imigrantes, estas não se distinguem tanto em termos físicos (são sobretudo pessoas brasileiras e europeias ainda que de alguns NPT e estão mais dispersas pelo tecido urbano e pelas atividades económicas).

---

<sup>8</sup> <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/enterrados-no-lodo-por-cao-da-ameijoa.html>.

Por outro lado, a zona rural do concelho carecerá de uma atenção especial no que diz respeito à população imigrante já que fenómenos como a exploração laboral e o tráfico de seres humanos se têm cruzado com a imigração e o trabalho na agricultura.

Segundo um estudo a nível europeu, realizado em 2017, sobre formas graves de exploração laboral (SELEX II, FRA, 2017), o setor agrícola é, aliás, dos setores com maior predominância de situações de exploração laboral. Em Portugal, todas as pessoas entrevistadas que trabalhavam no setor agrícola eram oriundas do Nepal; estas pessoas foram exploradas no trabalho e sinalizados como vítimas de tráfico de seres humanos.

No entanto, segundo informação de um dos *workshops* realizados no Montijo não há indício de tais casos. Há muitas empresas que procuram ter certificação internacional – GAC – para conseguirem um mais rápido escoamento dos seus produtos para outros países. Esta certificação é importante na produção de frutas particularmente perecíveis como é o caso do mirtilo, amora e framboesa e implica auditorias regulares, sendo que um dos critérios é a existência de contratos de trabalho e a regularização da situação das pessoas trabalhadores, incluindo as pessoas imigrantes.

Alcançar uma integração no mercado de trabalho será, sem dúvida, a maior expectativa da população imigrante motivada para alcançar melhores condições económicas e de vida, em geral. Por outro lado, as políticas públicas portuguesas têm-se orientado para privilegiar a inserção laboral como via para uma inserção na sociedade portuguesa. Uma inserção laboral com vínculo e perspetivas de estabilidade é, aliás, condição para o procedimento da regularização das situações e, neste mesmo sentido, a grande demanda de uma boa parte da população imigrante recém-chegada.

Nos grupos de discussão realizados com vista a elaboração deste diagnóstico foi clara a explicitação da orientação das pessoas imigrantes, em geral, para uma integração no mercado de trabalho já que foram várias as pessoas participantes que afirmaram que *“quem imigra vêm é para trabalhar.”*

A partir da reflexão produzida torna-se claro que as pessoas imigrantes se orientam, antes de mais, para uma integração no mercado de trabalho *“até porque alguns deles precisam de enviar dinheiro para o país de origem, para as famílias que lá ficaram”*. Há mesmo quem tenha afirmado que em certos setores de atividade há preferência pela contratação de pessoas

imigrantes, entendidas como pessoas “*mais focadas no trabalho e mais cumpridoras*”, sobretudo quando a participação no mercado de trabalho é condição para a regularização da sua presença no país.

Mas esta forte valorização de uma inserção profissional coloca estas pessoas numa posição de maior vulnerabilidade e de mais predisposição para a aceitação de condições de trabalho mais duras “*quem é que queria trabalhar a terra, sujar as mãos?*”

Para os/as alunos/as do curso de Português para Falantes de Outras Línguas, os baixos salários pagos, dificuldades de comunicação, encontrar emprego ou ter um emprego estável/não sazonal e as longas horas de trabalho surgem também como dificuldades enunciadas por uma parte considerável dos/as participantes. Relativamente às longas horas de trabalho, informação recolhida nos *workshops* realizados no concelho aponta para que ainda que o trabalho na agricultura seja identificado como um dos setores da economia mais favorável á ocorrência de situações extremas de exploração laboral, no Montijo não há indício de tais casos.

### **2.5.2. A perspetiva das entidades empregadoras locais**

Afim de melhor conhecer a realidade concelhia na perspetiva das entidades empregadoras, foram lançados *online*, durante dezembro de 2019, dois questionários: um lado direcionado às empresas de trabalho temporário; outro a entidades empregadoras de diferentes setores de atividade no concelho do Montijo. A aplicação destes questionários assentou na convicção de que a informação recolhida através deles seria importante para conhecer a realidade concelhia, em termos laborais, no que se refere à população estrangeira.

O pedido de participação foi enviado a 31 entidades empregadoras e 11 empresas de trabalho temporário. As respostas obtidas são anónimas e confidenciais.

O número de respostas obtidas ficou, no entanto, muito aquém do desejado, mas ainda assim foram contabilizadas 3 respostas por parte das empresas de trabalho temporário e 8 referentes às entidades empregadoras.

No que se refere às entidades empregadoras foram, então, rececionadas 8 respostas por parte de diferentes entidades com atividade económica no concelho do Montijo. Os setores de

atividade destas entidades são o setor agrícola (3 entidades), comércio (2 entidades), silvicultura (1 entidade), indústria (1 entidade) e os serviços (1 entidade).

Todas as entidades respondentes referem ter ao serviço trabalhadores/as estrangeiros/as. Em termos globais, estas empresas dão trabalho a 170 homens e 125 mulheres estrangeiras, sendo que o máximo de homens estrangeiros a trabalhar numa destas empresas é de 48 e no caso das mulheres é de 53.

As nacionalidades destes/as trabalhadores/as mais referidas são a brasileira, romena e indiana (4 empresas cada). Três empresas referem também ter ao serviço pessoas oriundas do Nepal e duas, trabalhadores/as de Cabo Verde. Outros dos mencionados foram Bangladesh, Angola, Venezuela, Tailândia, Egito, Moçambique e França.

No que se refere à existência de dificuldades de integração destes trabalhadores/as, cinco entidades referem não ter sentido dificuldades a este nível. Das três que responderam afirmativamente, todas apontam a comunicação/língua como fator gerador de maiores dificuldades.

O recrutamento destas pessoas ocorreu, sobretudo, através de pessoas amigas/conhecidas (4 entidades), através de outras pessoas imigrantes (4 pessoas) e através de empresas de trabalho temporário (4 entidades). Outros processo de recrutamento mencionados foram o recurso a empresas de seleção e recrutamento de trabalhadores/as, candidaturas espontâneas e publicação de anúncios.

Do total das 8 entidades respondentes, apenas uma não conhece os requisitos legais na contratação de trabalhadores/as estrangeiros/as. No entanto, na conversa com algumas empresas verifica-se que esse conhecimento não é completo e que são desconhecidas algumas das especificidades das diferentes culturas em presença entre os seus trabalhadores e trabalhadoras

Questionadas sobre as principais dificuldades de integração das pessoas imigrantes no concelho do Montijo, foram mencionadas a habitação e a comunicação/língua (3 entidades), o processo de regularização (2 entidades). Menos frequentes foram as respostas que enunciaram dificuldades de encontrar emprego; ao do reagrupamento familiar; da compreensão dos valores e do relacionamento com a população portuguesa. Uma das entidades respondentes refere desconhecer quais as dificuldades existentes.

Em termos da opinião da comunidade local sobre as pessoas imigrantes, apenas uma entidade refere essa opinião como sendo negativa. No entanto, metade das entidades respondentes não se sabe pronunciar /não respondeu sobre essa questão.

Como foi anteriormente mencionado, o questionário aplicado às empresas de trabalho temporário obteve apenas 3 respostas sendo que apenas duas já recrutaram trabalhadores/as estrangeiros/as para trabalho no concelho do Montijo.

Estas duas empresas, foram recrutados 50 homens e 41 mulheres das seguintes nacionalidades: brasileira, romena, ucraniana, cabo-verdiana. A nepalesa, bangladechiana e indiana. Todas estas pessoas tinham a sua situação legal regularizada.

Ambas as empresas não identificam obstáculos ao recrutamento de pessoas imigrantes e ambas conhecem os requisitos legais para tal.

Também questionadas sobre a sua perceção face às principais dificuldades de integração das pessoas imigrantes no concelho do Montijo, e à semelhança das respostas obtidas com as outras entidades auscultadas, a habitação continua no topo das dificuldades (3 entidades), seguindo-se encontrar trabalho, a comunicação/língua e o processo de regularização (2 entidades cada). Uma entidade referiu também o desconhecimento dos direitos e deveres de cidadania.

Por fim, a opinião da comunidade montijense face às pessoas imigrantes é, na opinião destas empresas, positiva (2 entidades). A outra empresa não sabe/não responde a esta questão.

### 2.5.3. Empreendedorismo

Tal como se refere no Plano Estratégico para as Migrações, são múltiplos os impactos das migrações nas sociedades, quer nas de partida, como nas de acolhimento. Para estas últimas alguns dos impactos estão associados ao empreendedorismo e inovação. Em Portugal, o aumento da emigração de portugueses em tempos de crise foi paralelo ao desenvolvimento de políticas de captação de migrantes (de estrangeiros e de portugueses no estrangeiro), “em particular daqueles que podem suprir as nossas carências ou contribuir com os seus talentos e

*competências para o desenvolvimento do país, através da promoção da coesão regional.”*  
(PEM, p.13)

As alterações legislativas dão conta disso e os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) demonstram o aumento da concessão de autorizações de residência para atividades profissionais independentes ou de empreendedorismo.

Na Europa são as pessoas nativas de países da UE quem apresenta taxas de empreendedorismo mais elevadas do que a população nacional (cfr Oliveira, C. e Gomes, N., 2019). De acordo com a mesma fonte, em Portugal, o número de empregadores/as estrangeiros/as tem vindo a aumentar. Brasil e China são os dois países de origem mais frequentes destes imigrantes.

De acordo com a informação disponível no site da eInforma<sup>9</sup>, existem 8 306 empresas com atividade no concelho, distribuídas por diferentes setores, tal como se verifica no quadro seguinte. Tal como se pode verificar, uma parte considerável dessas empresas está ligada ao ramo do comércio, da construção e da agricultura. Com valores mais baixos mas também relevantes surgem as indústrias transformadoras e o alojamento e restauração.

**Quadro 13 – Número de empresas localizadas no concelho do Montijo**

Atividades	Número de empresas
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,2
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	10,1
Alojamento, Restauração e Similares	8,5
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	3,6
Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	2,1
Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	4,7
Atividades de Informação e de Comunicação	1,8
Atividades de Saúde Humana e Apoio Social	2,4
Atividades Financeiras e de Seguros	1,6
Atividades Imobiliárias	4,6
Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	0,3
Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	30,5

<sup>9</sup> Disponível em: [https://infoempresas.jn.pt/Concelho\\_MONTIJO.html](https://infoempresas.jn.pt/Concelho_MONTIJO.html).

Construção	12,0
Educação	0,9
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	0,0
Indústrias Extrativas	0,1
Indústrias Transformadoras	9,4
Outras Atividades de Serviços	4,8
Transportes e Armazenagem	2,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: [https://infoempresas.jn.pt/Concelho\\_MONTIJO.html](https://infoempresas.jn.pt/Concelho_MONTIJO.html)

Não são conhecidas, porém, o número de empreendimentos criados e/ou geridos por pessoas estrangeiras. A nível nacional, dados de 2017 revelam que a iniciativa empresarial das pessoas estrangeiras se concentra em alguns dos setores de atividade económica como seja o comércio e a restauração (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019).

Os grupos de discussão e a observação que é possível fazer, “a olho nu”, do tecido empresarial do Montijo tornam visível a existência de estabelecimentos comerciais geridos por pessoas de origem chinesa, restaurantes de pessoas indianas e nepalesas. Atualmente, estes estabelecimentos não se confinam só às freguesias do centro do concelho mas têm presença, também nas zonas rurais o que, por vezes, tem provocado alguma admiração na população local.

Para além disso, nos *workshops* as pessoas imigrantes foram reconhecidas como dinamizadoras das economias locais – não só criam novos negócios e novos empregos como são agentes de dinamização do comércio local.

Acresce a convicção de que sem imigração alguns setores não tinham possibilidade de expansão: “*se não fosse a mão-de-obra estrangeira não existiam empresas agrícolas*”.

As pessoas presentes testemunharam a precariedade da sua integração no mercado de trabalho e rotatividade de trabalho em que se encontram, sendo que foi mencionada a predominância de mão-de-obra estrangeira: “*não há portugueses*”.

## 2.6. Educação e Língua

### 2.6.1. Qualificações

Nas últimas duas décadas Portugal passa a ter mulheres e homens estrangeiras/os no mercado de trabalho com níveis de competências superiores ao requerido pelas tarefas que desempenham. Este fenómeno esteve muito associado aos fluxos de imigração com origem nos países de leste da Europa.

Em 2005, um estudo realizado sobre o *“Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo”* (Perista, coord., 2005), permite verificar um maior nível de escolarização entre as mulheres, em geral, e níveis de instrução mais baixos entre as pessoas oriundas dos países africanos de língua portuguesa, sobretudo entre os elementos do sexo masculino.

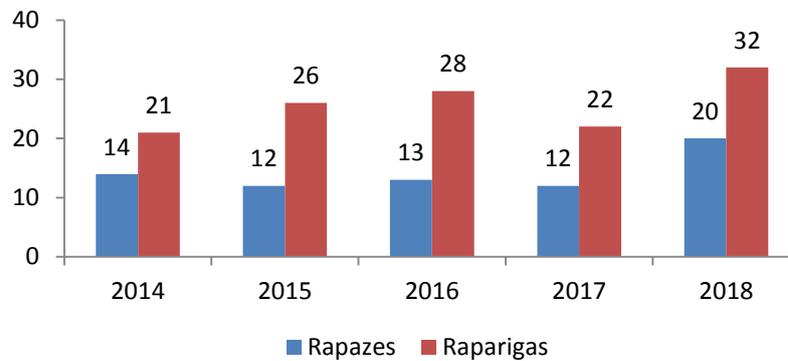
O impacto dos novos fluxos migratórios com origem nos países asiáticos como o Nepal e a Índia nas qualificações da população estrangeira residente em Portugal é ainda desconhecido mas o contacto com esta população permite dizer que há uma tendência para estas serem pessoas de um estrato social elevado nos seus países de origem (com capacidade financeira para pagar a agências de trabalho temporário) e diferenciadas no trabalho que lá realizavam. Entre o grupo de estudantes de Português para Falantes de Outras Línguas existem ex-diretores de empresa, professores/as, veterinário, estudantes universitários. A maior parte destas pessoas trabalha atualmente na agricultura apontando-se, assim, para a manutenção de um mercado de trabalho onde os trabalhadores/as estrangeiros/as têm níveis de competências superiores ao requerido pelas tarefas que desempenham.

Um dos fatores que poderá contribuir para uma tal sobre qualificação é a dificuldades de reconhecimento dos graus académicos e diplomas de ensino superior. Em 2018 houve uma alteração legislativa (Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto) que aprova um novo regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras. Esta alteração vai no sentido de o modernizar e uniformizar os procedimentos de reconhecimento de qualificações estrangeiras, tornando -os mais transparentes, equitativos e simples. Esta nova legislação não teve ainda o seu impacto, por isso, aquilo que é expresso pelas pessoas imigrantes são as dificuldades que sentem neste processo que é classificado como: burocrático; moroso e dispendioso. Para além disso, ficou claro, nas discussões realizadas, que muitas pessoas estrangeiras desconhecem como proceder para verem reconhecidas as suas qualificações.

### 2.6.2. Crianças imigrantes nos equipamentos e escolas Montijo

No que se refere à frequência, por parte de crianças estrangeiras, de equipamentos de apoio à infância verifica-se uma escassez de informação que não permite uma caracterização rigorosa<sup>10</sup>. De qualquer modo, de acordo com os dados obtidos, o número de crianças em equipamentos aumentou, ainda que de modo irregular, entre 2014 e 2018, sendo que este último ano apresenta o número máximo de crianças estrangeiras em equipamentos.

**Gráfico 10 – Crianças estrangeiras em equipamentos de apoio à infância, por sexo, no concelho do Montijo, 2014 -2018 (v.a)**

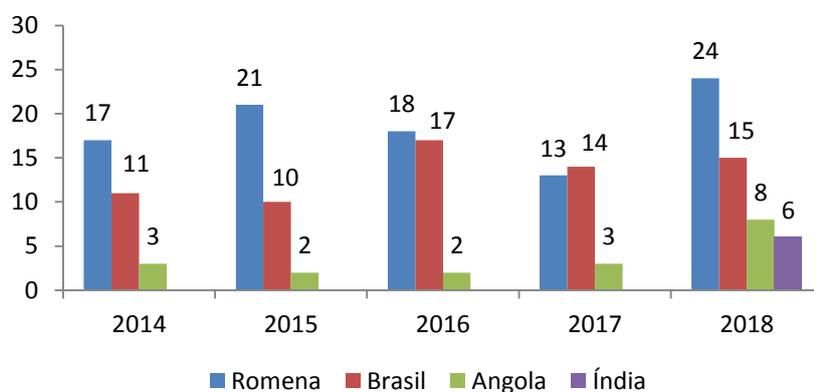


Fonte: IPSS do concelho.

Refletindo aquilo que são os principais países de origem da população imigrante a residir no concelho, também aqui as principais nacionalidades a romena e brasileira. No último ano considerado surgem, pela primeira vez, crianças oriundas da Índia, como reflexo dos mais recentes fluxos migratórios.

<sup>10</sup> As entidades que forneceram dados foram: Associação Caminho do Bem Fazer; União Mutualista N.ª Senhora da Conceição; Centro Social, Paroquial de N.ª Senhora da Atalaia; Associação do Lar de Idosos de Pegões, Casa do Povo de Canha e Associação Infantário do Bairro Mouco.

**Gráfico 11 – Crianças estrangeiras em equipamentos de apoio à infância, segundo as principais nacionalidades, no concelho do Montijo, 2014 -2018 (v.a)**



Fonte: IPSS do concelho.

Considerando o ensino básico e secundário a rede educativa pública do concelho de Montijo é composta por três agrupamentos de escolas e uma escola não agrupada: Agrupamento de Escolas do Montijo, Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Sto. Isidro e a Escola Secundária, com 3º ciclo, Jorge Peixinho.

Tendo como referência apenas três estabelecimentos (Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo e a Escola Secundária Jorge Peixinho), verifica-se que, desde 2014 até 2018<sup>11</sup>, o número de alunos/as tem vindo a aumentar - acréscimo 55%. Se considerarmos a evolução por nível de ensino (contabilizando apenas o Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e Escola Secundária Jorge Peixinho) esse aumento foi superior - 59% no ensino básico; 11,6% no secundário.

**Quadro 14 - Número de alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no Ensino Básico e no Ensino Secundário: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo, Escola Secundária Jorge Peixinho, 2014 – 2018 (v.a.)**

	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
<b>Ensino Básico</b>	132	141	181	210
<b>Secundário</b>	69	74	77	77
<b>Total<sup>12</sup></b>	<b>327</b>	<b>387</b>	<b>423</b>	<b>507</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo, Escola Secundária Jorge Peixinho.

<sup>11</sup> Último ano para o qual se solicitou informação.

<sup>12</sup> Apenas o total inclui os dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas do Montijo.

O Agrupamento de Escolas do Montijo forneceu também informação relativa ao ano letivo de 2018/2019, sendo que, nesse ano, a escola recebeu mais 16 alunos/as estrangeiros/as face ao ano letivo anterior, o que revela uma tendência de crescimento.

Quanto à distribuição por sexo destas crianças no ensino básico, à exceção do ano letivo de 2014/2015, as raparigas têm sido sempre superiores aos rapazes, embora se observe uma tendência para um maior equilíbrio no último ano letivo considerado. O ensino secundário apresenta totais mais díspares entre rapazes e raparigas, estando estas últimas sempre em superioridade numérica. Esta tendência contraria o que ocorre a nível nacional, já que *‘a distribuição dos alunos estrangeiros do ensino básico e secundário revela uma ligeira prevalência dos alunos estrangeiros do sexo masculino: 51,5% no ano letivo de 2016/2017 e 50,1% no ano letivo de 2017-2018’*<sup>13</sup>

**Quadro 15 - Número de alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no Ensino Básico e no Ensino Secundário, por sexo: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e à Escola Secundária Jorge Peixinho, 2014 – 2018 (v.a.)**

	2014-2015		2015-2016		2016-2017		2017/18	
	M	F	M	F	M	F	M	F
<b>Ensino Básico</b>	68	64	65	76	84	97	104	106
<b>Ensino Secundário</b>	29	40	34	40	31	46	29	48

Fonte: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e à Escola Secundária Jorge Peixinho.

Em termos de nacionalidades, o número de crianças nacionais de países terceiros tem aumentado ao longo dos anos considerados, quer no ensino básico, quer no ensino secundário. As crianças nacionais de países da União Europeia são em menor número e apresentam um decréscimo no ensino secundário, a partir de 2016/2017.

<sup>13</sup> Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM

**Quadro 16 - Número de alunos/as estrangeiros/as matriculados/as no Ensino Básico e no Ensino Secundário, por grupo de nacionalidade: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e à Escola Secundária Jorge Peixinho, 2014 – 2018 (v.a.)**

		2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017/18
Ensino Básico	UE	63	65	77	73
	NPT	69	76	103	137
Ensino Secundário	UE	25	27	24	22
	NPT	44	47	53	55

Fonte: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra e à Escola Secundária Jorge Peixinho.

Algumas destas crianças estão inseridas em famílias que manifestam dificuldades económicas. Para colmatar tais dificuldades existe o apoio concedido a nível da ação social escolar (ASE), sendo que este se rege *‘pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o efetivo exercício do direito à educação e a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares’* (mais informação em: <https://www.mun-montijo.pt/pages/628>). Este apoio concedido às crianças assume a forma de auxílios económicos, nomeadamente ao nível das refeições (em refeitório escolar), material escolar e a atividades de complemento curricular (visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares).

A nível do concelho do Montijo<sup>14</sup>, o número total de crianças beneficiárias do ASE tem vindo a aumentar desde o ano letivo de 2015/16, sendo acompanhado pelo também aumento do número de crianças estrangeiras. Enquanto no ano letivo de 2014/2015 o peso percentual das crianças estrangeiras abrangidas pelo ASE, no total de crianças abrangidas, era de 7,3%, no ano letivo de 2017/18 essa percentagem passou para 7,5% face ao total de crianças abrangidas, enunciando-se, assim, a persistência de carências económicas por parte das famílias em que estas crianças se enquadram.

<sup>14</sup> Estes dados são referentes apenas ao Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, à Escola Secundária Jorge Peixinho e ao Agrupamento de Escolas do Montijo.

**Quadro 17 - Número de alunos/as estrangeiros/as abrangido/as pela ASE: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo e Escola Secundária Jorge Peixinho no concelho do Montijo, 2014 – 2018**

	2014-2015	%	2015-2016	%	2016-2017	%	2017/18	%
<b>Total de crianças</b>	1448	100	1676	100	1724	100	1916	100
<b>Total de crianças estrangeiras</b>	105	7,3	120	7,2	114	6,6	144	7,5

Fonte: Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas do Montijo e Escola Secundária Jorge Peixinho.

Nos *workshops* realizados sobre a temática da educação, a Câmara Municipal do Montijo deu conta do seu o projeto CRIA – Centro de Recursos para a Infância e Adolescência. Este é um projeto financiado pelo POR Lisboa 2020, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, que pretende aumentar a capacitação das escolas para implementarem com sucesso uma diferenciação pedagógica e métodos de ensino mais eficazes, contribuindo para a implementação de práticas colaborativas e pedagogias inovadoras.

Segundo informações do projeto, estão em acompanhamento 46 crianças migrantes, o que corresponde a 37 famílias.

Seis destas crianças frequentam o pré-escolar; 40 frequentam o ensino básico: 35 no 1º ciclo e cinco no 2º ciclo. A maior parte destas crianças é do sexo masculino ainda que a diferença não seja muito grande: 25 meninos e 21 meninas. Em termos de nacionalidade predominam as crianças indianas (32). Segue-se as crianças romenas (11) e as nepalesas (3).

De acordo com a equipa do projeto, os principais problemas que afetam as famílias das crianças, e as próprias crianças, são: a habitação - sobrelotação do espaço habitação com várias famílias a partilharem a mesma casa como estratégia para fazer face às despesas; a língua como barreira à integração; a sazonalidade e a precariedade do emprego – as mulheres, por exemplo têm contratos à semana. A grande maioria destas crianças não tem documentação, situação que é particularmente gravosa no que diz respeito à verificação de direitos: as crianças sem documentação não têm direito ao abono de família.

Os estudos desenvolvidos pela OCDE (2006, 2010) evidenciam que, de uma forma geral, as crianças imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento. Apenas como

referência para o concelho do Montijo, citem-se os dados do Agrupamento de Escolas Joaquim Serra onde a taxa de transição de alunos/as estrangeiros/as foi, em 2017/2018, de 93,5%, no 1º ciclo e 78% no 2º ciclo. No mesmo Agrupamento estas taxas foram de 95,7% e 80,8% no s níveis de ensino respetivo, para alunos/as de origem portuguesa.

*“Importa atender, porém, que as maiores dificuldades ou piores desempenhos escolares não se associam apenas à condição imigrante, mas sobrepõem-se a condições socioeconómicas distintas de partida: verifica-se, neste âmbito, o papel explicativo nas performances escolares da classe social e das características dos indivíduos e dos seus agregados familiares (e.g. género, qualificações dos pais, meio onde reside rural/urbano ou centro/subúrbio)”* (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019:102)

Aliás, o desempenho escolar das crianças estrangeiras verificando-se a mesma tendência do que para as crianças nacionais – quanto maior o nível de instrução de mãe e pai e melhor for as condições económicas das famílias, maiores são as probabilidades de sucesso. As crianças cujas famílias têm origem no leste da Europa, por exemplo, continuam a ser percecionadas como tendo maior facilidade de inserção escolar por via do sucesso educativo, sendo que a orientação destas famílias para a valorização do sistema educativo é considerada como muito importante.

Sobre as crianças chinesas há um forte desconhecimento dos parceiros da Rede já que, maioritariamente estas frequentam escolas internacionais privadas.

A barreira da língua continua a ser enunciada, no momento atual, em relação, sobretudo, às crianças de origem asiática. No entanto, e ainda que podendo parecer paradoxal, foram referidas dificuldades na compreensão da língua também por parte de crianças brasileiras com a agravante de que para estas crianças não existe a possibilidade de terem português como língua não materna.

Também em relação aos/às alunos/as de origem brasileira foi reforçada a ideia de que *‘parecem mais frustrados na escola: a equivalência das habilitações, dada em função do critério da idade da criança, coloca os alunos num nível que, geralmente, não conseguem acompanhar e daí vem uma maior frustração’*.

### **2.6.3. Projetos no concelho direcionados a crianças e jovens**

Para além do já referido projeto CRIA, promovido pela Câmara Municipal do Montijo, a nível concelhio está em desenvolvimento o Programa ESCOLHAS (7ª Geração) através do projeto Kont@rte que, embora não seja diretamente direcionado a crianças estrangeiras, acaba por as envolver nas ações que realiza. Passando por várias gerações do Programa ESCOLHAS, o projeto tem tido uma intervenção continuada desde 2006, tendo-se primeiro focado no Bairro do Esteval, até 2012 e a partir de 2013 até então, no Bairro da Caneira.

O projeto desenvolve-se em parceria com a Câmara Municipal de Montijo, a Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Montijo, o Agrupamento de Escolas do Montijo, a União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, a ARSLVT - Arco Ribeirinho e o Instituto Português do Desporto e da Juventude. A intervenção é realizada através de um trabalho de parceria, onde é fundamental a articulação com serviços da Divisão de Solidariedade e Promoção da Saúde, nomeadamente com o CLAIM, no encaminhamento de cidadãos oriundos de países terceiros, que recorrem ao projeto como resposta de inclusão das suas crianças e jovens. A articulação com o CLAIM, permite assegurar a regularização da situação migratória dos encarregados de educação bem como a sua integração na comunidade, estabilizando assim as condições básicas de segurança da família.

44

Os objetivos centrais deste projeto são a promoção do sucesso escolar, das competências pessoais e sociais e das competências de “saber fazer”, operacionalizados através de um conjunto de atividades de: apoio ao estudo, apoio psicopedagógico, apoio individualizado ao nível psicológico e social, espaços de partilha, informação e sensibilização para a família, oficina de expressões, laboratório de ofícios e formação em TIC.

Por outro lado, está em curso uma nova candidatura para o desenvolvimento de um projeto no quadro do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS - 4ª Geração). Este projeto irá incidir em particular numa intervenção integrada de combater a exclusão social e a pobreza infantil.

### **2.6.4. Domínio do Português**

O desconhecimento da língua é um obstáculo à inserção de pessoas imigrantes, unanimemente reconhecido. Tal desconhecimento traduz-se, com frequência, em

desvantagens competitivas no mercado de trabalho, onde podem estar mais sujeitas a diferentes formas de exploração, em dificuldades no acesso e compreensão a legislação fundamental e até aos serviços; no relacionamento com a sociedade de acolhimento. Note-se que uma das principais dificuldades de inserção das pessoas imigrantes, enunciadas pelas entidades empregadoras, foi precisamente o desconhecimento da língua portuguesa e as consequentes limitações na comunicação. Esta é também uma questão referida em quarto lugar por um grupo de pessoas imigrantes, como se poderá verificar mais à frente.

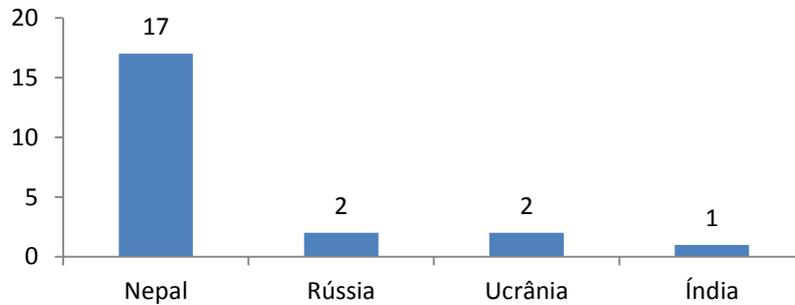
Reconhecendo isso, existem em Portugal programas como o ‘Português para Falantes de Outras Línguas’ (PFOL) que, no Montijo, é promovido pelo Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, sob orientação da DGESTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Estes cursos apresentam duas partes: Utilizador Elementar (A1 + A2) num total de 150h e Utilizador Independente (B1+B2), comum total 175h. São cursos de Português dirigidos a pessoas estrangeiras adultas que se encontram a residir no país. Para além disso, existem ainda desde meados de 2019, estes cursos de Português no Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Sto. Isidro com vista a dar respostas às pessoas da comunidade residente.

O funcionamento destes cursos não é, contudo, isento de problemas e, aquando da realização dos grupos de discussão, no contexto do presente diagnóstico, foi referida a necessidade de maior preparação dos/as docentes para *“ensinar devidamente pessoas adultas. Uma coisa é ensinar português a crianças; outra coisa é ensinar adultos não falantes de português”*. Outras dificuldades apontadas foi o facto de não haver continuidade do trabalho entre os cursos A1 e A2 e os cursos B1 e B2, obrigando a um tempo de espera que, com frequência, faz desmobilizar os/as alunos/as. Por outro lado, foi também mencionado o facto de os referenciais de formação não incluírem uma dimensão sociocultural e de inclusão na sociedade portuguesa.

No Montijo, o subgrupo de alunos/a a frequentar o curso Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) NPT, é composto, na sua maioria, por pessoas de origem nepalesa: *“são pessoas que têm muitos interesses. Vão ao curso com regularidade, levam muitos amigos”*. Em geral, são pessoas com qualificações superiores mas que desconhecem os procedimentos necessários ao reconhecimento das mesmas.

A este grupo foi aplicado um questionário breve – responderam 22 pessoas; 15 homens e 7 mulheres, sendo que, como há pouco se referiu, a principal nacionalidade é a nepalesa, representando 68% do total.

**Gráfico 12 – Nacionalidade dos/as alunos/as de PFOL**



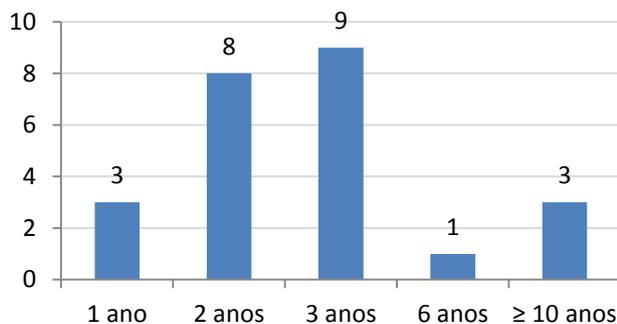
As idades destes alunos/as estão compreendidas entre os 24 e os 57 anos, com 60% a ter 35 anos ou menos.

A saída dos países de origem é orientada por uma busca de melhores condições de vida e de segurança.

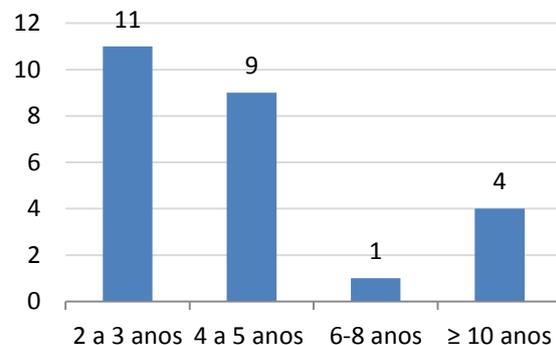
Questionados sobre a sua vida antes de virem para Portugal, 17 estudantes referiram outras experiências migratórias antes de entrarem em Portugal. A maioria destas pessoas entrou no país com algum tipo de autorização, destacando-se a situação de quem entrou com visto de turista.

A maioria dos/as estudantes reside em Portugal há relativamente pouco tempo - entre 2 e 5 anos - mas 4 já residem há mais de 10 anos. No concelho do Montijo, a grande maioria reside há 3 anos ou menos (20 pessoas).

**Gráfico 13 – Tempo de residência no concelho do Montijo dos/as alunos/as estrangeiros/as de PFOL**



**Gráfico 14 – Tempo de residência em Portugal dos/as alunos/as de PFOL**



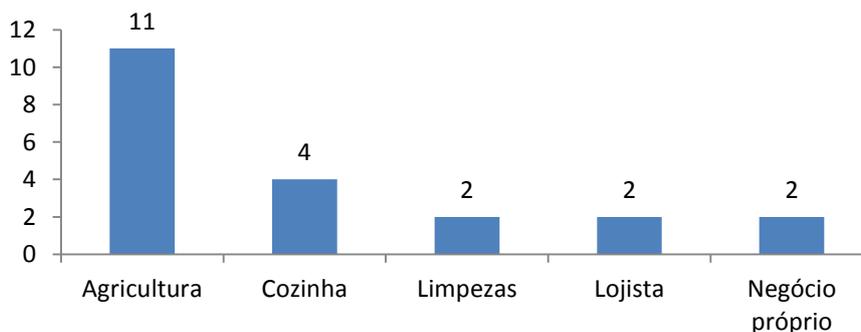
A vinda destas pessoas para Portugal, apoia-se na ideia de que este é um país com uma legislação “amigável” para as/os imigrantes e de que é fácil conseguir emprego e/ou montar um negócio próprio. No entanto, a sua presença aqui faz levantar duas questões fundamentais: a morosidade do processo de legalização com longos tempos de espera para atendimento no SEF; o custo de vida caro (muito particularmente com a habitação) face a rendimentos comparativamente baixos.

Por outro lado, o facto de Portugal ser considerado como um país seguro é elemento que contou para a escolha de 12 das pessoas inquiridas. A segurança foi, aliás uma dimensão também referida por pessoas brasileiras nos grupos de discussão realizados.

A grande maioria dos/as estudantes encontrava-se a trabalhar, no momento da inquirição, havendo apenas 2 pessoas que não trabalham nem estudam. De entre os que trabalhavam, uma parte significativa trabalha na agricultura, nomeadamente na apanha do pinhão e em estufas. São na sua quase totalidade homens de nacionalidade nepalesa.

Quatro trabalham como cozinheiros (só homens). Nas limpezas trabalham duas mulheres de nacionalidade ucraniana. Duas pessoas (um homem e uma mulher) têm um negócio próprio (supermercado).

**Gráfico 15 – Atividade laboral dos/as alunos/as de PFOL**



Oito pessoas referem o carácter sazonal da sua atividade na agricultura como uma dificuldade, no entanto, a grande maioria dos/as estudantes diz ter contrato de trabalho (18). Dos que têm, 10 referem que esse contrato é com a entidade para a qual trabalha e 8 referem ser com outra empresa, remetendo para a figura da empresa de trabalho temporário.

Comparando as atividades profissionais desempenhadas em Portugal com aquelas que estes/as estudantes tinham no seu país de origem, verifica-se uma grande diversidade de ocupações, mas uma parte considerável destas pessoas era estudante (12). Outras ocupações

foram por exemplo cabeleireira, diretor/a de empresa, topógrafo/a, fotógrafo/a, professor/a de inglês ou veterinário. Uma pessoa trabalhava também na agricultura.

Relativamente ao futuro, quase todas as pessoas pretendem ficar definitivamente em Portugal (22) sobretudo, devido ao bom clima; por considerarem ter uma boa vida; por gostarem do país e das pessoas mas também apresentam razões afetivas como o facto de terem cá a família, filhos/as a estudar ou estes já não quererem regressar aos países do origem. Há também quem queira ficar até se reformar e quem considere que em Portugal existem melhores oportunidades.

Quem não faz planos de permanecer em Portugal, aponta razões que se prendem com o facto de a vida ser muito cara e terem pouco dinheiro para adquirir o que precisam e para fazer o que gostariam.

Mesmo para quem gosta de estar e quer ficar em Portugal, são identificadas dificuldades sendo que as três mais mencionadas são a habitação, o processo de regularização e os salários baixos.

**Gráfico 16 – Principais dificuldades sentidas na vivencia em Portugal dos/as alunos/as de PFOL**



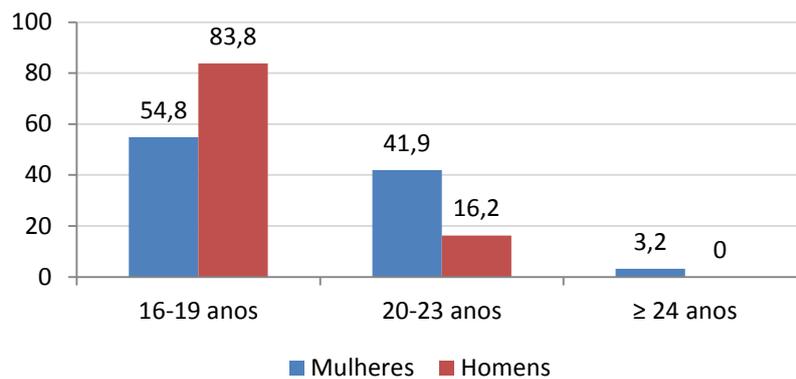
## 2.7. Capacitação e Formação

A Escola Profissional do Montijo foi criada em Outubro de 1991, após a assinatura do Contrato-Programa entre a Câmara Municipal do Montijo, que se constituiu como entidade promotora, e o Ministério da Educação. Esta escola promove todo um conjunto de cursos de formação

profissional (de nível IV, de Educação Formação-Tipo 2 e outros percursos formativos), destinados a pessoas jovens e adultas, e que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de uma profissão de modo a facilitar o ingresso no mercado de trabalho a par da aquisição de habilitações escolares que permitam a orientação para o ensino superior.<sup>15</sup>

Na sua atividade, a Escola tem acolhido alunos e alunas estrangeiras. Entre 2014 e 2018, estiveram matriculados/as 68 alunos/as de outras nacionalidades, dos quais 31 mulheres e 37 homens. A idade mínima destas pessoas era de 16 anos e a máxima de 24 (apenas uma mulher). As mulheres matriculadas são, em geral, mais velhas do que os homens

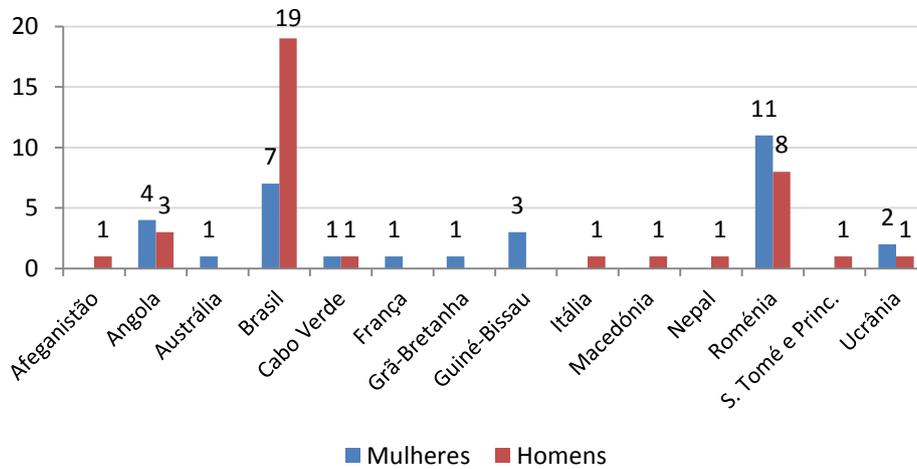
**Gráfico 17 – Alunos/as estrangeiros/as matriculados/as na Escola Profissional do Montijo, por sexo, 2014-2018 (%)**



A nacionalidade mais predominante é a brasileira onde, e ao contrário do que acontece na população em geral, predominam os homens. Ainda que as mulheres brasileiras estejam também em maior número há outras nacionalidades onde elas são mais do que os homens, como se pode ver no gráfico em baixo.

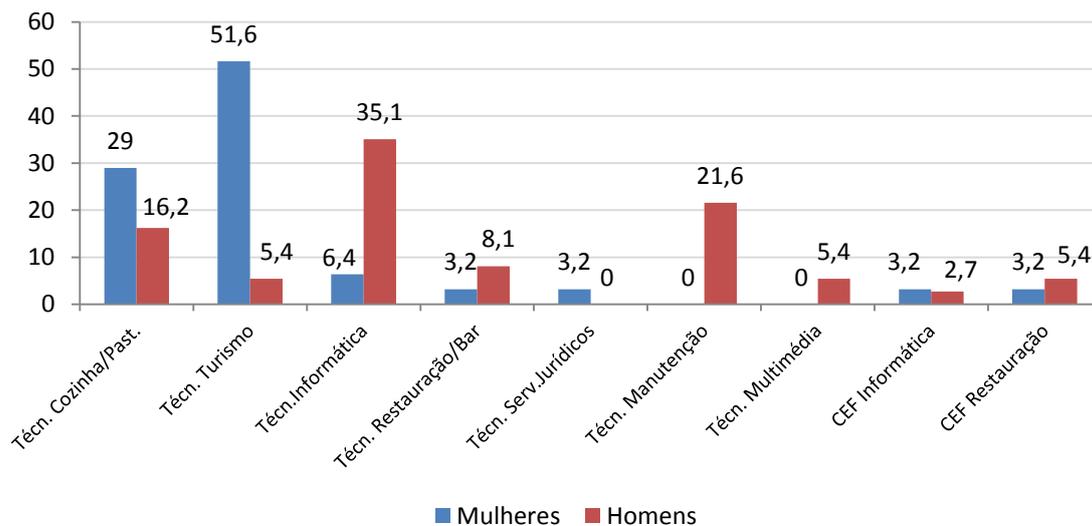
<sup>15</sup> [http://www.epmontijo.edu.pt/web/index.php?option=com\\_content&view=article&id=79&Itemid=77](http://www.epmontijo.edu.pt/web/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=77).

**Gráfico 18 – Nacionalidades dos/as alunos/as estrangeiros/as matriculados/as na Escola Profissional do Montijo, por sexo, 2014-2018 (v.a.)**



Também entre os/as alunos estrangeiros/as se denota cursos com frequência fortemente genderizada, como sejam a informática e a manutenção no caso dos homens, enquanto as mulheres estiveram na sua maioria no curso de turismo (51,6%), seguido do curso de cozinha/pastelaria. De salientar a existência de cursos frequentados apenas por mulheres como é o caso dos Serviços Jurídicos e apenas por homens como Técnicos de Manutenção e Técnico de Multimédia.

**Gráfico 19 – Alunos/as estrangeiros/as matriculados/as na Escola Profissional do Montijo, por área de formação e sexo, 2014-2018 (%)**



Apesar da Escola Profissional do Montijo ter vindo a demonstrar capacidade para integrar formandos/as de origem estrangeira, num dos grupos de discussão realizados, no âmbito

deste diagnóstico, identificou-se como um obstáculo à participação na formação o facto de as pessoas imigrantes poderem ficar indocumentados durante períodos da sua presença em Portugal devido, por um lado, à sazonalidade e instabilidade dos seus contratos de trabalho e, por outro lado, à própria legislação e morosidade dos processos de legalização. Ou seja, mesmo que já tenham número de contribuinte e feito descontos para a Segurança Social e IRS, se o contrato de trabalho terminar antes do processo de regularização estar concluído e houver um período de desemprego, as pessoas trabalhadoras imigrantes não só não têm direito a subsídio de desemprego como ficam inibidas de se integrarem em cursos de formação profissional que poderiam apoiar algum processo de reconversão e facilitar a reintegração no mercado de trabalho.

## 2.8. Urbanismo e Habitação

O acesso à habitação revela-se uma questão central para a população do concelho do Montijo. O acesso à habitação por parte da população imigrante é uma questão fundamental para a sua integração, tal como disseram as empresas (incluindo as empresas de trabalho temporário) e como foi explicitado pelos grupos de pessoas NPT inquiridas e auscultadas durante o processo de elaboração do diagnóstico.

O aumento dos preços das casas, tanto para arrendamento, como para compra, que em geral se tem feito sentir nos grandes centros urbanos, tem transformado profundamente a face do mercado. No Montijo, acresce a pressão pela perspectiva da construção do aeroporto do Montijo e o facto de, nas zonas rurais, não haver disponibilidades no mercado nem para aluguer, nem para compra. Tudo isto comprime as oportunidades para as famílias com menores rendimentos tornando o seu acesso à habitação cada vez mais difícil.

A situação em que se encontra uma parte das pessoas estrangeiras – instabilidade nos contratos; sazonalidade da atividade e dos rendimentos; necessidade de poupar e enviar dinheiro para a família nos países de origem – faz com que sejam mais vulneráveis a estratégias menos corretas por parte dos proprietários, nomeadamente: aluguer para habitação de lugares com poucas condições; não estabelecimento de contrato de arrendamento. Mesmo nestas condições, os preços que uma habitação pode atingir são elevados – o preço mínimo pelo aluguer de um único quarto é 300€, diz-se num dos *workshops* realizados.

As dificuldades no acesso a uma habitação digna por parte das populações imigrantes parece ser, aliás, um problema comum a vários países da União Europeia “sendo evidente a maior associação dos imigrantes a alojamentos precários e sobrelotados, e mais difícil o acesso à propriedade da habitação, quando comparados com a população nativa” (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019).

De facto, a partilha de casa, tendo eventualmente como consequência a sobrelotação, é talvez a principal estratégia acionada pelas pessoas imigrantes, tal como as próprias afirmaram nos grupos de discussão realizados.

Aliás, uma análise da taxa de sobrelotação habitacional em Portugal, tendo por base os últimos anos revela que ‘para o universo de pessoas com 18 ou mais anos, conclui-se que em 2017 os cidadãos de nacionalidade portuguesa apresentam uma taxa de sobrelotação dos alojamentos de 7,6%, subindo essa taxa para 27% no caso dos cidadãos estrangeiros residentes no país, ou seja, os estrangeiros assumem +19,4 pontos percentuais de sobrelotação dos alojamentos nesse ano que os nacionais.’ (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019).

Tendo como referência situações que já aconteceram noutras regiões do país, nas zonas rurais do concelho teme-se que, perante a inexistência de repostas específicas, por parte das próprias entidades empregadoras, a intensificação dos fluxos migratórios que se dirigem ao trabalho nas empresas agrícolas não encontre capacidade de absorção por parte do mercado de habitação e se gerem mais do que sobrelotação graves condições de inabitabilidade.

Já nas zonas mais urbanas do concelho não se registam áreas de concentração de população imigrante ainda que haja uma tendência para uma ocupação dos espaços habitacionais mais precários, como sejam os pátios que ainda existem no centro da cidade do Montijo. Revela-se, uma vez mais, por parte de proprietários, uma tendência para fazer render, a todo o custo, todos os espaços disponíveis.

## 2.9. Saúde

O acesso à saúde, ainda que seja um direito reconhecido constitucionalmente, nem sempre ocorre de forma simples e imediata no que se refere à população estrangeira. Fatores relacionados com o desconhecimento face aos serviços, fracos recursos económicos, situação irregular, fraco ou inexistente domínio da língua portuguesa, diferentes

atitudes/comportamentos face à saúde, sentimento de discriminação, podem ser fatores que condicionam o acesso à saúde.

Também a este nível a informação fornecida nos *workshops* vem ilustrar a situação atual a nível concelhio. As pessoas imigrantes não conhecem suficientemente o sistema de saúde português o que, inclusivamente, diminui as possibilidades de terem médico de família. Por outro lado, os Centros de Saúde ainda colocam barreiras no acesso à saúde – *“Todas as crianças têm direito à saúde mas os Centros de Saúde colocam entraves sobretudo quando não têm NIF”*. Por outro lado, atitudes culturais distintas face a uma medicina preventiva podem ter consequências nomeadamente no acompanhamento médico das crianças.

Acresce que o estado de saúde da população estrangeira pode ser mais difícil de acompanhar pois há a consciência de que quem tem uma integração laboral precária não pode faltar para ir ao médico.

Segundo profissionais de saúde que participaram nos grupos de discussão, verifica-se a existência de alguns problemas de saúde mais frequentes entre a população imigrante como sejam as doenças sexualmente transmissíveis. A tuberculose surge como outro problema – *“a vacina da BCG só é ministrada praticamente na população imigrante”*.

Foi também referido que nem sempre os procedimentos na saúde conhecem práticas uniformes por parte dos/as profissionais. Por exemplo, todas as mulheres grávidas têm direito ao cheque dentista mas há profissionais que não reconhecem esse direito não informando as utentes argumentando a condição de imigrante e, por vezes, a ausência de NIF. Ora, nenhuma das duas questões é fator impeditivo do acesso de uma mulher grávida ao cheque dentista.

Houve ainda profissionais que, nos grupos de discussão realizados, salientaram o seu desconhecimento sobre certas culturas em presença entre a população imigrante o que pode ser uma fragilidade na comunicação com estas pessoas de origens tão diversas.

É de realçar também que alguns/mas alunos/as do curso de Português para Falantes de Outras Línguas terem referido o acesso à saúde como uma das dificuldades sentidas no seu processo de integração na sociedade portuguesa. Este sentimento está certamente relacionado com o facto de as pessoas imigrantes terem que pagar por inteiro, consultas (incluindo urgências hospitalares), tratamentos e meios de diagnóstico, não tendo direito às taxas moderadoras, se estiverem em situação irregular, mesmo que já tenham tido atividade

profissional com descontos. Uma das mulheres participantes num dos grupos de discussão referiu que o marido teve que recorrer à apanha da amêijoia para conseguir pagar os tratamentos na sequência de um acidente de trabalho.

### *2.10. Serviços de acolhimento e integração*

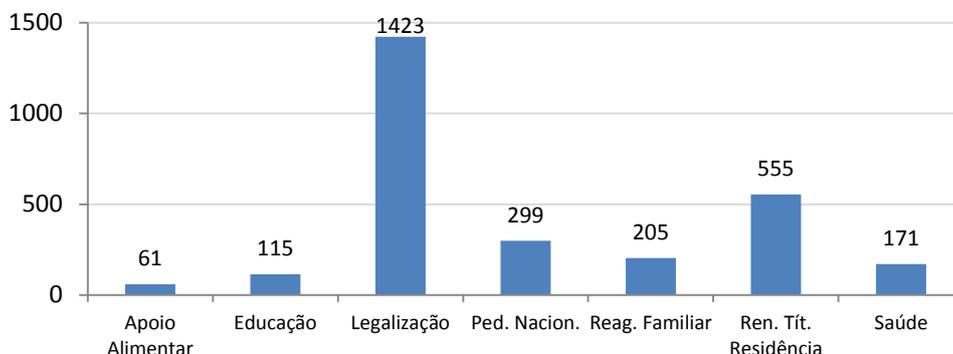
Desde o ano 2000 que a Câmara Municipal do Montijo disponibiliza atendimento à população imigrante no concelho, através do então Gabinete de Apoio ao Migrante, onde é prestado apoio em diversas áreas como sejam legalização, nacionalidade, reagrupamento familiar, acesso à saúde, acesso à educação, entre outros.

Em 2005, a Câmara Municipal do Montijo assinou um protocolo com o então ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.), atual ACM (Alto Comissariado para as Migrações, I.P.), o que veio facilitar o acesso a documentação técnica, informação e formação nesta área, o que se viu a refletir na qualidade do serviço prestado. A partir dessa data a designação do Gabinete de Apoio passou a ser CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes. Os CLAII mudaram, entretanto, a sua nomenclatura para CLAIM - Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, o que se prende com a necessidade de adaptação às novas realidades migratórias a que se tem vindo assistir.

Em 2018, o CLAIM do Montijo atendeu um total de 658 pessoas (325 mulheres e 333 homens), o que representa um aumento de + 422% face a 2014 – nesse ano o número de pessoas atendidas foi apenas de 126.

Os motivos que levam as pessoas a recorrer ao apoio do CLAIM estão, na grande maioria dos casos, relacionados com o processo de regularização, seja numa primeira fase, seja para a renovação de títulos de residência.

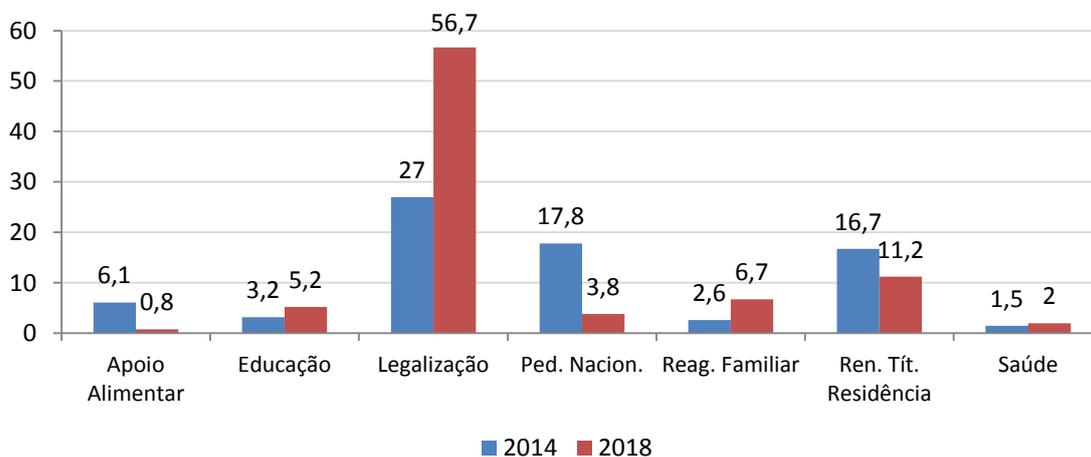
**Gráfico 20 – Principais motivos de atendimento no CLAIM do Montijo, 2014-2018**



Fonte: CLAIM do concelho do Montijo.

Comparando os motivos evocados em 2014 para ir a um atendimento do CLAIM, com os explicitados em 2018, verifica-se que antes havia um maior equilíbrio entre os diferentes motivos. Em 2018, há motivos que perdem relevância, como o pedido de apoio alimentar, a renovação do título de residência e o pedido de nacionalidade portuguesa e há uma mais forte concentração nos dois seguintes: legalização e reagrupamento familiar.

**Gráfico 21 – Principais motivos de atendimento no CLAIM do Montijo, 2014 e 2018**



Fonte: CLAIM do concelho do Montijo.

Estes dados do CLAIM revelam, uma vez mais, a importância da regularização. Recorde-se a regularização é a dificuldade enunciada em segundo lugar pelos/as alunos/as do curso de Português para Falantes de Outras Línguas, nas respostas ao questionário aplicados

Também em todos os grupos de discussão esta foi uma questão recorrente referindo-se a grande morosidade dos processos de legalização e as dificuldades da sua compreensão por

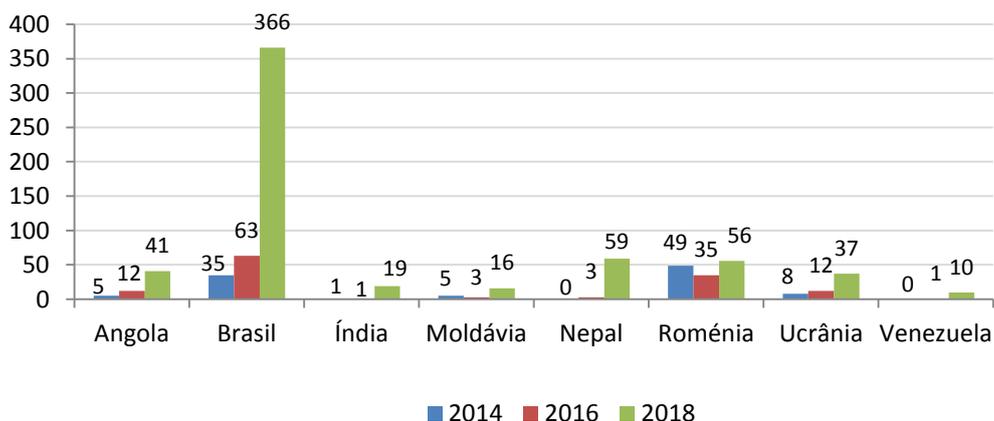
parte das pessoas imigrantes: *“Muitas pessoas pensam que, a partir do momento em que têm o número de contribuinte, ficam legalizadas. Não compreendem o sistema...”*

As dificuldades de regularização inibem uma boa integração no mercado de trabalho e colocam os sujeitos numa posição de grande vulnerabilidade face a situações de abuso e exploração. A informação recolhida num dos *workshops* realizados acentua as consequências negativas da morosidade dos processos de legalização com implicações na proteção social das pessoas imigrantes que *“se não conseguem regularizar a sua situação antes do termo do contrato de trabalho, não têm direito ao subsídio de desemprego”*.

Para ultrapassar o problema do tempo que demora o processo, por vezes as pessoas imigrantes chegam-se a deslocar aos serviços do SEF noutras zonas do país, como menos pressão ao nível do atendimento. A conversa com as empresas deu também conta desse facto também com implicações na inserção laboral destas pessoas, já que deslocar-se para longe significa faltar ao trabalho.

Já no que se refere às nacionalidades, a maioria das pessoas que recorreram aos serviços do CLAIM é brasileira, o que é coerente com o número de pessoas do Brasil a viverem no concelho. As outras nacionalidades são menos frequentes mas, ainda, assim pode-se destacar o número de pessoas do Nepal, Angola e Ucrânia.

**Gráfico 22 – Principais nacionalidades dos/as utentes do CLAIM do Montijo, em 2014, 2016 e 2018 (v.a.)**



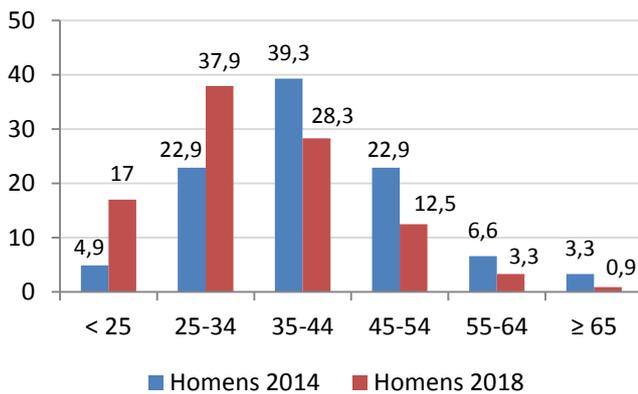
Fonte: CLAIM do concelho do Montijo.

Uma análise tendo por base o grupo etário e o sexo das pessoas utentes do CLAIM do Montijo, permite visualizar algumas diferenças entre os anos de 2014 e 2018. No que se refere aos homens, verifica-se que, em 2018, os homens dos grupos etários mais jovens (< 25 anos e dos

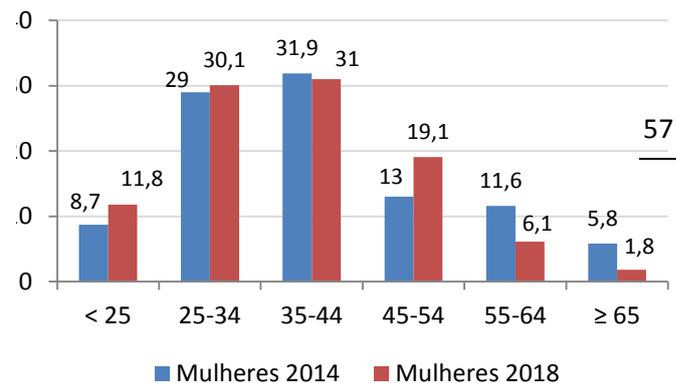
25 aos 34 anos) recorreram mais aos serviços do CLAIM face ao registado em 2014. Os grupos mais jovens são, aliás, os únicos que registaram aumentos significativos (+ 12.1 p.p. e 15 p.p.). Em todos os restantes grupos etários acima dos 35 anos, houve uma quebra por comparação a 2014.

No que às mulheres diz respeito, os dados revelam algumas diferenças. Por um lado existe um maior equilíbrio entre as diferentes faixas etárias nos dois anos em análise, existindo um ligeiro aumento em 2018 nos grupos etários mais jovens. A maior diferença ocorreu no grupo etário entre os 45 e os 54 anos, onde o ano de 2018 apresenta um aumento de 6.1 p.p. Apesar destas diferenças, algo é comum em ambos os anos em análise: a maior procura, quer para homens, quer para mulheres ocorreu por parte de pessoas nas faixas etárias entre os 35 e os 44 anos.

**Gráfico 23 – Homens utentes do CLAIM do Montijo, por grupo etário em 2014 e 2018 (%)**



**Gráfico 24 – Mulheres utentes do CLAIM do Montijo, por grupo etário em 2014 e 2018 (%)**



Fonte: CLAIM do concelho do Montijo

No que se refere à situação face à profissão, a maioria das pessoas que se dirigiu ao CLAIM, em 2018, tinha emprego (65,3%). Nestes últimos, a maior parcela cabe aos homens, que perfazem 242 (56,4%) face a 187 mulheres. De referir ainda, a existência de pessoas a trabalhar sem contrato de trabalho, havendo neste caso equilíbrio entre mulheres e homens. Já no que se refere às pessoas em situação de desemprego atendidas no CLAIM do Montijo, as mulheres estão em maioria com um total de 125 (61,3%) por comparação a 79 homens.

**Quadro 18 – Pessoas utentes do CLAIM do Montijo, segundo a situação na profissão, em 2018**

	2018					
	H	M	Total	H	M	%
Empregado/a	242	187	429	56,4	43,6	100
Desempregado/a	79	125	204	38,7	61,3	100
Sem contrato	6	5	11	54,5	45,6	100
Reformado/a	5	8	13	38,5	61,5	100
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>325</b>	<b>657</b>	<b>50,5</b>	<b>49,5</b>	<b>100</b>

Fonte: CLAIM do concelho do Montijo.

Importa referir que alguns dos atendimentos do CLAIM, no período de análise considerado, foram feitos em regime de itinerância, nas freguesias que, para além do centro urbano do concelho, concentram maior número de pessoas imigrantes. No entanto, nos grupos de discussão realizados e nas visitas às empresas agrícolas, ficou claro o desconhecimento das pessoas imigrantes e de quem com eles se relaciona sobre a existência do serviço no concelho

## 2.11. Solidariedade e Resposta Social

### 2.11.1. Remunerações declaradas

A Segurança Social pretende assegurar direitos básicos dos/as cidadãos/ãs e promover o bem-estar e a coesão social. Um dos mitos associados à imigração prende-se precisamente com o uso dos seus benefícios por parte da população estrangeira.

Ora, quando se analisa as contribuições da população estrangeira verifica-se que a mesma tem contribuído para *'contrabalançar as contas do sistema de Segurança Social, contribuindo para um relativo alívio do sistema e para a sua sustentabilidade'*.<sup>16</sup>

Com efeito, comparando as contribuições feitas pela população estrangeira e as prestações sociais que beneficiam, verifica-se a existência de saldos financeiros positivos para a Segurança

<sup>16</sup> Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

Social: “Em Portugal, a relação entre as contribuições dos estrangeiros e as suas contrapartidas do sistema de Segurança Social português (as prestações sociais de que beneficiam) traduz há várias décadas um saldo financeiro bastante positivo, situando-se em 2018 em cerca de +651 milhões de euros (era+433,9 milhões em 2008 e +380,7 milhões em 2011). Verifica-se que a relação entre as contribuições dos estrangeiros para a segurança social (+746,9 milhões de euros em 2018) e os gastos do sistema com prestações sociais de que os contribuintes estrangeiros beneficiam (-95,6 milhões em 2018) é bastante positiva para Portugal”.<sup>17</sup> Estes dados, vêm por isso, contrariar algumas ideias existentes de que a população estrangeira vive com base nos apoios públicos, sendo maiores os benefícios do que os contributos.

O quadro abaixo apresenta a percentagem de pessoas estrangeiras que declararam as suas remunerações à Segurança Social no total de pessoas declarantes. Como se pode verificar, desde 2014, a percentagem de estrangeiros com remunerações declaradas tem vindo a aumentar (exceção feita para o total nacional em 2016). Em 2018 as pessoas contribuintes de origem estrangeira representaram, respetivamente, 6,7% e 10,3% do total de contribuintes, em Portugal e no concelho do Montijo, respetivamente. Se compararmos estes valores com o peso relativo da população estrangeira residente no total de residentes do país nesses anos verifica-se que estes valores são inferiores, ou seja, os estrangeiros no total de contribuintes representaram, em 2018, +2pp no caso de Portugal e +4.9pp no caso do Montijo, face à importância relativa dos estrangeiros no total de residentes em Portugal.

**Quadro 19- Percentagem de pessoas singulares estrangeiras com remunerações declaradas/contribuições pagas face ao total de contribuintes e total da população, em Portugal e no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (%)**

Ano	Portugal	% de estrangeiros/total residentes-PT	Montijo	% de estrangeiros/total residentes-Montijo
2014	4,9	3,8	6,5	4,8
2015	5,2	3,8	6,8	4,6
2016	5,1	3,9	7,1	4,6
2017	5,6	4,1	7,9	4,8
2018	6,7	4,7	10,3	5,4

Fonte: Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM; Cálculos com base em dados fornecidos pelo ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

<sup>17</sup> Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

No que se refere ao sexo das pessoas estrangeiras com remunerações declaradas verifica-se que, ao longo dos diferentes anos, o número de homens tem sido sempre superior ao de mulheres, independentemente de se tratar de pessoas oriundas de países da EU ou não. Ainda assim, no caso das pessoas oriundas de países fora da EU, denota-se uma diferença bastante mais acentuada do que aquela que se regista face aos países da EU. Em 2017, a diferença entre sexos ascendia a mais de cem homens (+26,3%), ultrapassando os trezentos em 2018 (+47,4%).

**Quadro 20 - Pessoas singulares estrangeiras com remunerações declaradas/contribuições pagas, por sexo e países de origem, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

Ano	Países da UE		%M	NPT		%M
	M	H		M	H	
2014	329	387	45,9	246	289	46,0
2015	336	375	47,3	283	349	44,8
2016	303	359	45,8	337	431	43,9
2017	281	368	43,3	430	581	42,5
2018	308	389	44,2	652	961	40,4

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social, ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

### 2.11.2. Benefícios sociais<sup>18</sup>

Da mesma forma que se registaram contribuições para a Segurança Social, quando necessário também são disponibilizados apoios, estando as pessoas estrangeiras abrangidas por estes direitos de proteção, tal como os nacionais. É o caso do subsídio de doença cuja prestação atribuída ao beneficiário tem como objetivo compensar a perda de remuneração, resultante do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença.

A nível nacional, e contrariando a tendência dos últimos anos, o número de beneficiários/as aumentou em 2016, 2017 e 2018. Em 2016, para o total nacional, os beneficiários estrangeiros com subsídio por doença estrangeiros subiram +6% face ao ano anterior, em 2017, +17,5% e em 2018 sobem +105% por comparação a 2017<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Foi solicitada informação ao Centro de Emprego do Montijo para que fosse possível uma melhor compreensão da presença de imigrantes entre a população desempregada. Até à data, porém, tal informação não foi cedida. A mesma será incluída caso venha a ser fornecida pela referida entidade.

<sup>19</sup> Para informação adicional ver '[Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019](#)'.

No que se refere ao concelho do Montijo, se considerarmos apenas os/as beneficiários/as estrangeiros/as é possível verificar que, ao contrário do que ocorreu para o total de beneficiários, o número de pessoas estrangeiras com subsídio de doença tem aumentado sucessivamente ao longo dos anos em análise, passando de 362, em 2014, para 475, em 2018, o que representa um aumento de 31.2%.

**Quadro 21 - Beneficiários com lançamento em subsídio de doença, residentes no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

Ano	Subsídio Doença			Subsídio Doença Profissional		
	Total	Estrangeiros	% estrangeiros	Total	Estrangeiros	% estrangeiros
2014	2410	362	15,0	165	9	5,5
2015	2734	382	14,0	227	22	9,7
2016	2676	419	15,7	312	39	12,5
2017	2865	451	15,7	445	64	14,4
2018	3103	475	15,3	540	65	12,0

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social, ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Relativamente aos/as beneficiários/as de subsídio por doença profissional, a evolução ao longo dos últimos anos tem sido constante também, mas este aumento foi bastante mais acentuado do que aquele verificado ao nível do subsídio de doença no geral. De 9 casos registados, em 2014, foram registados 65 em 2018. Tal pode traduzir uma maior participação de pessoas estrangeiras no mercado de trabalho e, em particular, em profissões mais sujeitas a riscos para a saúde.

No que diz respeito aos beneficiários estrangeiros de prestações de desemprego, verificou-se uma descida entre 2014 e 2016 no total de beneficiários de subsídio de desemprego. Em todo o caso, os beneficiários de países fora da EU são em maior número que os demais estrangeiros, não esquecendo, contudo, que também o total de estrangeiros oriundos de países terceiros, é também ele superior e que esta é uma população mais jovem.

O subsídio social de desemprego é o que apresenta menor número de beneficiários estrangeiros, enquanto que o subsídio social de desemprego subsequente (atribuído a que já recebeu todas as prestações de subsídio de desemprego a que tinha direito) volta a apresentar valores mais elevados, havendo aqui algum equilíbrio beneficiários de diferentes origens (exceção feita ao ano de 2016).

**Quadro 22 - Beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, residentes no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

Ano	Subsídio Desemprego		Subsídio Social de Desemprego		Subsídio Social de Desemprego Subsequente		Total
	Países EU	NPT	Países EU	NPT	Países EU	NPT	
<b>2014</b>	56	66	13	9	21	21	<b>186</b>
<b>2015</b>	49	63	13	5	11	21	<b>162</b>
<b>2016</b>	36	61	9	5	7	17	<b>135</b>
<b>2017</b>	47	65	4	6	13	16	<b>151</b>
<b>2018</b>	41	79	3	7	10	15	<b>155</b>

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social, ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Os homens beneficiários são em menor número que as mulheres, sendo que essa diferença se vai acentuando ao longo dos anos, nomeadamente entre os beneficiários NPT.

**Quadro 23 - Beneficiários com lançamento de subsídio de desemprego, por sexo e países de origem, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

Ano	Países da UE		% M	NPT		% M
	M	H		M	H	
<b>2014</b>	46	44	<b>51,1</b>	46	50	<b>47,9</b>
<b>2015</b>	39	34	<b>53,4</b>	43	41	<b>51,1</b>
<b>2016</b>	25	18	<b>58</b>	40	38	<b>51,3</b>
<b>2017</b>	36	28	<b>56</b>	47	34	<b>58,0</b>
<b>2018</b>	34	20	<b>62,9</b>	56	38	<b>59,6</b>

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social, ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Considerando o peso relativo dos/as beneficiários de prestações de desemprego, verifica-se que o maior peso ocorreu ao nível dos beneficiários de subsídio social de desemprego. O peso dos beneficiários de subsídio de desemprego genérico foi sempre inferior às outras duas modalidades, dando assim conta da possível persistência de situações de desemprego entre a população estrangeira.

**Quadro 24 – Peso percentual dos beneficiários com lançamento de prestações de desemprego, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Subsídio Desemprego</b>	4,4	4,5	4,2	5,5	6,9
<b>Subsídio Social de Desemprego</b>	11,8	9,7	8,1	6,0	7,6
<b>Subsídio Social de Desemprego Subsequente</b>	6,6	6,2	5,3	7,4	7,5

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social, ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Outra prestação a analisar é o Rendimento Social de Inserção (RSI), sendo que esta não se enquadra nos regimes contributivos não estando, pois, dependente da contribuição prévia dos indivíduos para o sistema de Segurança Social.

*“No caso dos estrangeiros residentes em Portugal, o acesso ao RSI esteve a partir de 2012 condicionado a um período mínimo de residência legal no país: para os nacionais de países terceiros o período previsto era de no mínimo 3 anos de residência, enquanto para os nacionais da União Europeia era de 1 ano de residência. Esta opção governativa induziu a uma diminuição do número de agregados familiares estrangeiros a beneficiar de RSI (-31,6% de 2012 para 2014), quebra que não refletiu necessariamente uma diminuição dos agregados familiares com grave carência económica, mas antes as mudanças no enquadramento que deram origem a uma forte diminuição dos seus beneficiários nos últimos anos. (...) Até 2017 mantêm a tendência de diminuição dos beneficiários estrangeiros de RSI (de 6.111 beneficiários estrangeiros em 2014, passa-se para 5.157 beneficiários em 2015, e 4.695 beneficiários em 2016, 4.521 em 2017”<sup>20</sup>. Em 2018, este número volta a aumentar contabilizando 6805 beneficiários.*

A nível concelhio, o número de beneficiários decresceu também entre 2014 e 2016, voltando a subir em 2017, contrariando assim a tendência registada a nível nacional. 2018 reflete novo aumento, atingindo neste ano o maior número de pessoas beneficiárias registado até então (84).

<sup>20</sup> Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM

**Quadro 25 - Beneficiários com lançamento de RSI, por sexo e países de origem, no concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

Ano	Países da UE		% M	NPT		%M	Total EU+N PT
	M	H		M	H		
2014	24	24	50	12	9	57	69
2015	13	13	50	9	8	52,9	43
2016	6	12	33,3	13	11	54,2	42
2017	13	16	44,8	14	9	60,8	52
2018	22	19	53,6	27	16	62,8	84

Fonte: Sistema de Estatísticas da Segurança Social, ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia.

Entre as pessoas oriundas da União Europeia, existe, à exceção de 2016, números aproximados de homens e de mulheres. Entre as pessoas imigrantes, nacionais de países terceiros, tem havido sempre mais mulheres do que homens beneficiárias/os, acentuando-se a diferença em 2018.

### 2.11.3. Proteção de crianças e promoção de direitos

A nível local, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) surgem como as entidades que promover a defesa dos direitos das crianças e jovens e concorrem para a proteção de situações de risco.

Entre os 331 processos em acompanhamento pela CPCJ do Montijo, em 2018, o número corresponde a crianças estrangeiras é de 27 (8,2%). À exceção de 2017, ano em que houve 38 processos, aquele número tem-se mantido estável, desde 2014.

Enquanto nacionais de países terceiros, são as crianças brasileiras as que apresentam maior número de sinalizações, não se devendo esquecer que as pessoas brasileiras constituem também a comunidade estrangeira mais numerosa a seguir aos nacionais da Roménia.

**Quadro 26 – Crianças/jovens estrangeiras/os acompanhadas/os na CPCJ do concelho do Montijo, 2014 a 2018 (v.a.)**

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Angola	1	1	3	3	-	8
Brasil	11	7	7	3	9	37
Bulgária	-	-	-	-	1	1
Cabo Verde	1	-	2	1	1	5
Espanha	1	-	-	-	-	1
França	-	-	1	1	1	3
Guiné-Bissau	2	1	1	1	-	5
Roménia	11	14	12	29	15	81
S. Tomé e Príncipe	2	1	1	-	-	4
Ucrânia	-	2	2	-	-	4
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>26</b>	<b>29</b>	<b>38</b>	<b>27</b>	<b>149</b>

Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Montijo

Quanto ao tipo de processo em vigor, uma parte substancial são processos transitados, ou seja, foram abertos noutro ano que não aquele onde estão contabilizados. Isto significa que as situações que deram origem à sinalização feita à CPCJ ainda não se encontram resolvidas. Em 2018 estes processos representavam 44,4% do total de processos. Para além dos transitados, todos os anos existem novas situações que dão origem a um novo processo nas CPCJ. No caso do concelho do Montijo, esse número é bastante elevado em 2014, diminuindo significativamente nos anos seguintes, ainda que com oscilações. Em 2018, estes processos sofreram novo decréscimo, representando 37% do total de processos existentes nesta Comissão.

**Quadro 27 – Processos de crianças/jovens estrangeiras/os acompanhadas/os na CPCJ do Montijo, por tipologia de processo, 2014 a 2018**

	2014	Var.%	2015	Var.%	2016	Var.%	2017	Var.%	2018	Var.%	Total	Var.%
Processo transitado	7	24,1	15	57,7	11	37,9	13	34,2	12	44,4	58	38,9
Processo instaurado	20	69,0	7	26,9	11	37,9	17	44,7	10	37,0	65	43,6
Processo reaberto	2	6,9	4	15,4	7	24,1	8	21,1	5	18,5	26	17,4
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>27</b>	<b>100</b>	<b>149</b>	<b>100</b>

Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Montijo

## 2.12. Racismo e Discriminação

O Código Penal<sup>21</sup> português considera como crime a discriminação racial (bem como a religiosa e sexual). Nos termos da lei consideram-se como práticas discriminatórias as ações (ou omissões) que, por razões de nacionalidade, cor de pele ou origem étnica violem o princípio da igualdade. Com base nesses motivos a lei enumera como atos discriminatórios os seguintes:

- Recusa de fornecimento ou impedimento de fruição de bens ou serviços;
- Impedimento ou limitação ao acesso e exercício normal de uma atividade económica;
- Recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis;
- Recusa de acesso a locais públicos ou abertos ao público;
- Recusa ou limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados;
- Recusa ou limitação de acesso a estabelecimento de educação ou ensino público ou privado;
- Constituição de turmas ou a adoção de outras medidas de organização interna nos estabelecimentos de educação ou ensino, públicos ou privados, segundo critérios de discriminação racial, salvo se tais critérios forem justificados pelos objetivos referidos no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto;
- Adoção de prática, ou medida, por parte de qualquer órgão, funcionário ou agente da administração direta ou indireta do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, que condicione ou limite o exercício de qualquer direito;
- Adoção de práticas em que, publicamente ou com intenção de ampla divulgação, pessoa singular ou coletiva, emita uma declaração ou transmita uma informação em virtude da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou aviltado por motivos de discriminação racial.

No âmbito dos grupos de discussão realizados com as instituições do concelho e respetivas/os profissionais não foi identificada nenhuma situação de discriminação direta em relação às pessoas imigrantes. Também no contexto do CLAIM, nenhuma das pessoas utentes se apresentou como vítima do crime de discriminação pelo que nenhuma queixa deu entrada na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). Por outro lado, as pessoas

<sup>21</sup> Portugal, *Lei n.º 59-A/2007, Código Penal*, Diário da República, 1ª Série, n.º 170, 4 de Setembro de 2007, disponível em: [www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-4-de/downloadFile/file/lei%2059.2007.pdf?nocache=1188893854.82](http://www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-4-de/downloadFile/file/lei%2059.2007.pdf?nocache=1188893854.82).

estrangeiras, NPT, que participaram nas discussões para o diagnóstico consideram Portugal um país seguro e a sua população afável e acolhedora.

No entanto, foram referidas situações de pessoas que se aproveitam da vulnerabilidade das pessoas imigrantes e cobram valores de aluguer de casas, ou quartos, muito acima do seu valor de mercado face às condições de conforto que tais espaços apresentam.

Ainda que não tivesse sido claramente expresso, não pode deixar de ser algo a ter em consideração o facto de, a maior parte dos novos fluxos migratórios que trazem consigo “pessoas mais diferentes” no seu aspeto físico, nas características das suas culturas de origem e até na sua religião, terem expressão principal nas zonas rurais do concelho onde, até agora, o convívio com a diferença tem sido menor.

### 2.13. Cidadania e Participação

Numa sociedade democrática o reforço dos laços de pertença e a criação de dinâmicas de cidadania deve ser um objetivo em si mesmo. Assim, o acesso à nacionalidade e o fomento da participação cívica e política *“são dimensões importantes para captar os processos de integração de imigrantes”* em diferentes dimensões (Oliveira, coord., 2014).

Os números a nível nacional, tornam muito explícitos os efeitos das revisões à regulamentação da nacionalidade a partir de 2006. Com efeito, *“desde 2007 que se verifica um aumento expressivo dos pedidos de nacionalidade portuguesa: entre 2007 e 2018, mais de seiscentos e cinquenta mil cidadãos pediram a nacionalidade portuguesa (654.797 mil pedidos numa década), revertendo-se em mais de meio milhão (517.775) de “novos” cidadãos portugueses (média anual de cerca de 43 mil novos cidadãos portugueses).”* (Oliveira, C. e Gomes, N., 2019).

Embora não existam dados oficiais sobre a aquisição de nacionalidade portuguesa, por parte de pessoas estrangeiras a residir no concelho do Montijo, os dados do CLAIM revelam que esta é uma questão que leva um conjunto significativo de pessoas a este serviço. Assim, entre 2014 e 2018, foi 299 o número de pedidos no CLAIM para a aquisição de nacionalidade portuguesa, o que correspondeu a cerca de 11% do total de pedidos apresentados.

A aquisição de nacionalidade portuguesa não é, porém, condição indispensável a uma certa participação política. Ainda com algumas limitações a Constituição da República Portuguesa

reconhece aos estrangeiros e apátridas, que residem em Portugal, os mesmos direitos e deveres dos cidadãos portugueses. As únicas limitações ao nível dos direitos estão definidas no ponto 2 do artigo 1, o qual limita os direitos políticos no caso dos estrangeiros a três situações: (1) aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal e em condições de reciprocidade são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros (salvo acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática); (2) aos estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, a capacidade eleitoral ativa e passiva para as autarquias locais; (3) aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal, em condições de reciprocidade, têm ainda o direito de elegerem e serem eleitos deputados do Parlamento.

Ou seja, não há limitações há participação ativa em partidos políticos e, regra geral, todos os nacionais de países terceiros podem, pelo menos votar nas eleições autárquicas.

De acordo com os dados fornecidos pelas juntas de freguesia<sup>22</sup>, estão, atualmente, recenseadas 18 pessoas estrangeiras oriundas de países da EU e 38 nacionais de países terceiros.

Nos grupos de discussão com pessoas imigrantes, mais do que desinteresse por este processo ficou claro a falta de informação sobre as eleições em Portugal e, sobretudo, sobre a possibilidade de participarem. Uma vida vivida para o trabalho, relações sociais restritas são fatores que acentuarão, certamente, o afastamento em relação à vida política.

Acresce que as informações recolhidas não indicam a existência de pessoas imigrantes a participarem nas delegações locais dos diversos partidos políticos.

Uma outra dimensão importante de integração das pessoas imigrantes na sociedade de acolhimento é, sem dúvida, a sua integração em movimentos associativos. As associações podem constituir-se como espaços de socialização e de aquisição de competências promovendo solidariedades e laços culturais e sociais e apoiando imigrantes, homens e mulheres, nas diversidades que podem decorrer das próprias experiências migratórias.

---

<sup>22</sup> Informação fornecida pela Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia e União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.

Em 2005, um questionário aplicado, à população imigrante do concelho do Montijo, a grande maioria das pessoas inquiridas afirmou não frequentar e/ou fazer parte de qualquer associação ou organização. Apenas 15,2% afirmou ter alguma participação em atividades de natureza associativa (Perista, coord., 2005).

Passados quinze anos, o panorama da participação de pessoas imigrantes em associações não parece ter-se alterado. Há quem continue a ter memória da experiência mal sucedida da criação, em 2008, da Associação de Imigrantes de Montijo (ASSIM) não desejando retomar o processo.

A atual inexistência de tecido associativo imigrante alimentou alguma discussão com as pessoas participantes no diagnóstico. Não há dúvida de que a principal orientação destas pessoas é o trabalho, pouco tempo e interesse lhes restando para uma participação de natureza cívica - *“os imigrantes não têm tempo para isso”*. A sazonalidade do trabalho e a maior mobilidade dos/as trabalhadores/as estrangeiros/as associadas a esta sazonalidade pode ser impeditivo do surgimento de novos movimentos culturais e desportivos. Acresce que a criação de associações de imigrantes que tenham como critério a nacionalidade pode, na opinião de algumas das pessoas participantes, fazer surgir, ou exacerbar, divergências e conflitos pré-existentes nos países de origem.

Perante estas questões outras opiniões tomam forma salientando que a orientação deve ser não para a constituição de associações de e para imigrantes mas para o fomento da sua participação nos movimentos existentes como estratégia de inclusão das pessoas estrangeiras e também da promoção do interconhecimento e interculturalidade. Alguns exemplos foram apresentados, neste mesmo sentido, nos grupos de discussão, o de pessoas estrangeiras que colocam já à disposição de algumas entidades locais, de índole social, os seus conhecimentos e técnicas (nomeadamente de meditação e yoga). Por outro lado, poderá ser também interessante considerar e rentabilizar a existência, em algumas comunidades, de ‘mediadores naturais’ que ajudam na comunicação com os restantes elementos dessa comunidade.

## 2.14. Igualdade de Género

A participação das mulheres e dos homens imigrantes no mercado de trabalho é óbvia quando estamos perante pessoas cujas motivações para a imigração são quase sempre questões económicas e a procura de melhores condições de vida. São projetos de imigração (de alguma forma) diversificados, assentes no indivíduo *per si* ou no grupo familiar, que conduzem mulheres e homens a optarem por projetos migratórios autónomos ou (inter)dependentes/familiares.

Estes projetos induzem, necessariamente, tipos diversificados de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Pessoas isoladas, casais sem filhos/as, casais com filhos/as, famílias monoparentais, famílias alargadas, etc., vivenciam a conciliação da vida profissional e familiar de diferente maneira, uns e umas com mais responsabilidades e tensões que outros e outras.

Porém, se na população imigrante feminina estamos perante pessoas cujo principal meio de vida é o trabalho e cuja principal condição perante o trabalho é o trabalho remunerado, poder-se-ia perspetivar modelos de família centrados numa divisão mais simétrica e “igualitária” dos papéis de género, em que ambos os cônjuges participam no mercado de trabalho (e contribuem para o rendimento familiar) e na organização da vida familiar e doméstica. Contudo, os resultados não parecem apontar nesse sentido.

Na ausência de informação mais atualizada utiliza-se, aqui, os dados do inquérito de 2005 (Perista, coord., 2005). O que se verifica na população imigrante de Montijo é que, independentemente do país de origem, os homens dedicam em média mais horas por dia a uma atividade profissional do que as mulheres. Este é um facto particularmente visível entre a população oriunda da Europa de Leste, com um diferencial a favor dos homens de mais 2 horas de trabalho remunerado por dia.

O tempo despendido em tarefas domésticas pela população imigrante no Montijo revelava uma situação em tudo idêntica à da população portuguesa (vd. por exemplo Perista 2002) – são as mulheres quem dedica mais tempo por dia a este tipo de atividade, independentemente do país de origem ou da freguesia de residência.

Porém, não só destas assimetrias na esfera doméstica que as desigualdades de género se manifestam entre a população imigrante.

Se retomarmos dados referidos em capítulos anteriores constata-se que:

- As mulheres estão sobre representadas entre as pessoas desempregada que recorrem ao apoio da CLAIM. Com efeito, 61,3% das pessoas desempregadas são mulheres; a percentagem de mulheres entre o total de população que recorre é de 49,5%.
- As mulheres estão em maior percentagem entre as pessoas NPT (e entre todas as pessoas estrangeiras, em geral) beneficiárias do subsídio de desemprego, sendo que o seu peso relativo tem vindo a aumentar desde 2014.
- As mulheres NPT estão em maior percentagem entre as pessoas NPT (e entre todas as pessoas estrangeiras, em geral) beneficiárias do RSI, sendo que também aqui o seu peso tem aumentado desde 2014.

Por outro lado, importa não ignorar que os mais recentes fluxos migratórios têm origem em países cujas sociedades consideram que o papel das mulheres é de subserviência em relação aos homens. Refira-se que, nas conversas com algumas das explorações agrícolas do concelho foi referido que há imigrantes homens que têm alguma dificuldade em aceitar ordens por parte de elementos do sexo feminino.

71

### 2.15. Cultura

A diversidade cultural, que advém da presença de diferentes nacionalidades e origens, no concelho do Montijo, é considerada pelos atores sociais, em geral, como uma riqueza e um fator que contribui para o aprofundamento de uma cultura de diálogo e de estabelecimento de compromissos.

Há a consciência de que os processos imigratórios transformam as sociedades de acolhimento, frequentemente pela apropriação de hábitos culturais das comunidades imigrantes. A gastronomia, sendo uma manifestação cultural, é disso um exemplo. A presença de restaurantes, nomeadamente chineses, indianos e nepaleses, revelam como uma sociedade que, ainda que tendo tradições fortes a este nível, é permeável a novos sabores e aromas. As novas correntes migratórias emprestam outro colorido ao concelho sendo visível pessoas que se apresentam no espaço público com vestes orientais.

Por outro lado, novos ritmos musicais e novos movimentos de dança, trazidos sobretudo por gentes africanas e brasileiras, cativam cada vez mais públicos, muito particularmente entre os mais jovens. Expressões artísticas como a música e a dança foram consideradas por alguns parceiros locais como os grandes fatores de aproximação de jovens de diferentes origens culturais e elementos importantíssimos para a valorização das diferenças.

Cartazes anunciando espetáculos de artistas de origem africana; anúncios dando conta da existência de escolas de dança onde se pode aprender o samba, quizomba ou as chamadas danças de fusão, são visíveis no concelho, sobretudo nas suas áreas urbanas.

### ***2.16. Media e Sensibilização da Opinião Pública***

Não existem, no Concelho, órgãos de comunicação social da iniciativa de imigrantes ou dirigidos a imigrantes. Também na autarquia não existe uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social

### ***2.17. Relações Internacionais***

No município existem acordos de cooperação (mas não de gemação) com Santa Catarina, em Cabo Verde, Água Grande (São Tomé), Svogue na República da Bulgária. Em curso está, também, o processo de estabelecimento de acordo com o Tarrafal.

Esta cooperação é de natureza cultural e económica, sendo que a Câmara Municipal facilita contactos entre empresários.

Existem, ainda, bolsas de estudo atribuídas a alunos/as de Cabo-Verde, assegurando a Câmara Municipal do Montijo o custo inerente ao alojamento, alimentação, transporte, assistência médica e seguro de acidentes pessoais.

Contudo, pode dizer-se que o município não dispõe de uma política que promova as relações com os países de origem das comunidades imigrantes, residentes no concelho nem possui uma política estratégica de atração de imigrantes.

### **2.18. Religião**

Segundo dados do censo de 2011, para além da religião católica as mais importantes serão a religião ortodoxa e outros cultos de origem cristã. Aqui inclui-se um conjunto diversificado de cultos e igrejas, como a Igreja Evangélica e a Igreja Universal do Reino de Deus, cujo crescimento está muito associado ao aumento de pessoas brasileiras. Estas igrejas têm conseguido espaços próprios, ocupando, com frequência, espaços que outrora tinham uma função comercial.

As correntes migratórias mais recentes também aqui emprestam diversidade ao concelho trazendo consigo o budismo, a religião sikh e o islamismo.

A convivência entre as diferentes confissões tem sido pacífica e não são fonte nem de conflito entre estrangeiros e nacionais, nem fator de desinserção social.

### **2.19. Reconhecimento e Prevenção de Práticas Nefastas**

Não foi referida a existência de práticas nefastas, nem mesmo pelos serviços de saúde.

## 3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Montijo 2020-2022

---

### 3.1. Dimensão Estratégica

Na continuidade com o anterior, o Plano Municipal para a Integração Migrantes do Montijo 2020 – 2022, ambiciona ser um documento estratégico para a integração das pessoas migrantes no concelho do Montijo e, em particular das pessoas oriundas de NPT, assumindo-se, nesse sentido, e simultaneamente, como um instrumento de melhoria das condições de vida no concelho e de promoção da sua coesão social.

Subjacentes à construção e implementação deste Plano estão as seguintes **estratégias transversais**:

- **Consagração de direitos**

Orientar a intervenção por uma lógica de garantia de direitos constitucionalmente consignados e contribuir para fundamentar uma intervenção de aprofundamento da cidadania, respeitosa dos direitos dos indivíduos e famílias, mas fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais.

- **Responsabilização e mobilização de todos os atores**

Para além da plataforma de acompanhamento e monitorização de âmbito específico este deve ser um Plano assumido pela Rede Social no seu conjunto de modo a ser capaz a mobilização de um conjunto diversificado de atores e de rentabilização e potenciação de diversos recursos locais.

- **Articulação com outros instrumentos de planeamento**

Enquanto instrumento da Rede Social, o Plano para a Integração de Migrantes deve ser considerado como uma componente do Plano de Desenvolvimento Social e Saúde do Montijo e de outros em elaboração como o Plano Municipal para a Igualdade de Género. Ele está, por

seu turno, em consonância com outros documentos de âmbito nacional, como seja o Plano Estratégico para as Migrações

### **Igualdade de Género**

A igualdade de género deve ser um princípio transversal a todas as ações, o que significa que estas devem considerar as assimetrias persistentes entre homens e mulheres e procurar condições para que as mesmas sejam anuladas.

- **Integração**

Ainda que priorizando como público-alvo a população imigrante de países terceiros, as ações devem, sempre que possível, orientar-se para que haja um envolvimento da comunidade em geral.

- **Participação**

As pessoas imigrantes, nacionais de países terceiros, serão entendidas como elementos da parceria para a implementação das medidas previstas no Plano. Será da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento promover a participação das comunidades imigrantes no próprio processo de acompanhamento do Plano.

75

Como **áreas prioritárias de intervenção** identifica-se:

- Mercado de trabalho e empreendedorismo
- Educação e língua
- Serviços de acolhimento e integração
- Racismo e discriminação
- Cidadania e participação cívica
- Habitação
- Saúde

Estas áreas foram priorizadas, tal como foi anteriormente referido, como sendo, por um lado, as mais determinantes para a criação de um clima social favorável à integração da população imigrante e, por outro, aquelas onde se encontram os maiores obstáculos a essa mesma integração. Acresce que nas áreas referidas se podem encontrar e mobilizar recursos locais para uma intervenção coerente.

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Mercado de trabalho e empreendedorismo</b>	Concentração da população imigrantes em áreas certas áreas de atividade económica	Promover a integração no mercado de trabalho cidadãos e cidadãs imigrantes em diferentes setores de atividade	Número de ofertas de emprego criadas	(In)formação da população imigrante  Sensibilização de entidade empregadoras para a integração de pessoas imigrantes
	Condições de trabalho precárias	Melhorar as condições de integração no mercado de trabalho da população estrangeira e, em particular, dos NPT	Número de empresas que prescindem das empresas de trabalho temporário	Informação de entidades empregadoras
	Concentração da população imigrante em atividades de risco em matéria de higiene e segurança no trabalho	Melhorar as condições de contratação da população estrangeira	Número de pessoas estrangeiras a trabalhar sem contrato de trabalho  Número de pessoas estrangeiras a trabalhar sem descontos para a segurança social	Aposta da (in)formação de empregadores e de trabalhadores/as imigrantes em matéria de saúde e segurança no trabalho  Aposta da (in)formação de empregadores e de trabalhadores/as imigrantes em matéria de direitos e deveres  Promover a participação da Autoridade para as Condições de Trabalho

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)</b>	Concentração da população imigrante em áreas de atividade económica particularmente vulneráveis a tráfico de seres humanos	Combater o tráfico de seres humanos	Número de pessoas imigrantes identificadas pelas forças policíacas e/ou ACT numa situação de tráfico de seres humanos	Aposta na formação de jovens empresários imigrantes e de associações de empregadores

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Educação e língua</b>	Limitações no domínio da língua portuguesa	Aumentar o número de pessoas estrangeiras NPT com facilidade de expressão na língua portuguesa	Número de pessoas estrangeiras para quem a língua portuguesa não constitui obstáculo para a inserção	Aposta na criação de espaços informais para a aprendizagem da língua
	Insucesso escolar entre alunos e alunas de origem estrangeira (NPT)	Promover o sucesso educativo	Taxa de desistência e de abandono de crianças estrangeiras	Reforço da formação de docentes em educação intercultural  Introdução nas escolas de iniciativas de valorização das diferenças

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Serviços de acolhimento e participação</b>	Dispersão da população imigrante por zonas rurais / isolamento	Tornar o CLAIM mais acessível às populações residentes no interior do concelho	Número de pessoas utentes do CLAIM, por freguesia	Introduzir uma componente de itinerância no funcionamento do CLAIM

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Racismo e discriminação</b>	Ausência de uma prática constante de aprofundamento dos valores da diversidade e interculturalidade	Desenvolver um clima favorável á integração da diversidade e valorização das diferenças	Número de atividades interculturais promovidas pelas diferentes entidades da Rede Social  Número de pessoas abrangidas	Envolvimento de toda a Rede Social
	Desconhecimento das especificidades culturais das sociedades de origem das pessoas imigrantes NPT	Aumentar os conhecimentos dos atores sociais do concelho sobre interculturalidade	Número de ações realizadas  Número de pessoas abrangidas	Envolvimento de toda a rede social, incluindo clubes e associações desportivas

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Igualdade de Género</b>	Existência de culturas marcadas pelos papéis sociais de género	Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	Número de mulheres imigrantes a integrarem órgãos de associações locais	Rentabilização da intervenção desenvolvida por projetos locais  Desenvolvimento de iniciativas que se dirijam á população em geral

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Cidadania e participação</b>	Lacunas na informação das pessoas imigrantes / dificuldades de acesso à informação	Melhorar o acesso à informação das pessoas imigrantes	Número de ajudas à informação criadas	Tradução dos materiais em diferentes línguas
	Fraca participação cívica das pessoas estrangeiras	Promover a participação de pessoas imigrantes em atividades culturais, lúdicas e desportivas	Número de associações que aderiram a deslocalizar as suas iniciativas junto de empresas	Dinamização das zonas rurais  Promoção da interação entre pessoas estrangeiras e nacionais

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Habitação</b>	Más condições de habitabilidade entre as pessoas imigrantes / Má relação qualidade preço das habitações	Melhorar as condições de acesso à habitação	Número de pessoas estrangeiras NPT que passaram a ter melhores condições de habitabilidade  Existência de novas respostas de habitação específicas para trabalhadores/as sazonais	Mobilizar diferentes entidades para a identificação de situações indignas de habitação  Mobilização das empresas para a criação de novas respostas

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
<b>Saúde</b>	Dificuldades de acesso à saúde por desconhecimento da legislação e lacunas ao nível de uma prática intercultural	Promover o acesso à saúde da população imigrante NPT	Inexistência de dificuldades – prática efetiva da saúde como direito universal	Envolvimento de diferentes atores do sistema de saúde

### 3.2. Dimensão Operacional

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
<b>Mercado de trabalho e empreendedorismo</b>	Promover a integração no mercado de trabalho cidadãos e cidadãs imigrantes	Aumentar competências para a empregabilidade de pessoas estrangeiras, em particular as NPT	1. Informação na área para a procura ativa de emprego	Externos ao FAMI	Formar 20 pessoas / ano	Número de ações / horas de formação realizadas	Centro de Emprego / GIP
			2. Formação em <i>soft skills</i> para a empregabilidade	Externos ao FAMI	Formar 20 pessoas / ano	Número de pessoas que adquiriram competências Número de pessoas abrangidas	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo
			3. Formação em cuidados a pessoas idosas e com dependência	Externos ao FAMI	Formar 20 pessoas	Número de pessoas abrangidas	CMM e Centro de Emprego Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo
			4. Ações de informação para trabalhadores/as nas áreas de saúde e segurança no trabalho e direitos e deveres	Recursos do PMIMM	Formar 30 trabalhadores/as /ano	Número de ações realizadas Número de pessoas abrangidas por sexo, idade e setor de atividade	CMM com a parceria da Autoridade para as Condições de Trabalho

<b>Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)</b>		Aumentar os conhecimentos de empregadores, em matéria de contratação / integração de trabalhadores estrangeiros NPT	5.Sessões de informação para empregadores em matéria de contratação / integração de trabalhadores estrangeiros NPT	Externos ao FAMI	Informar 30 entidades empregadoras	Número de sessões realizadas Número de pessoas envolvidas Número de entidades envolvidas	CMM com a parceria da Autoridade para as Condições de Trabalho
	Melhorar as condições de integração no mercado de trabalho da população estrangeira e, em particular, dos NPT	Criar materiais informativos	6.Criação de materiais informativos, em três línguas, <i>online</i> , e em formato papel, sobre direitos e deveres de trabalhadores/as imigrantes NPT	Recursos do PMIMM	Criação de um material	Número de materiais criados Número de línguas usadas nos materiais	CMM e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo
	Combater o tráfico de seres humanos	Divulgar as melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos	7.Realizar seminário formativo dirigido a empregadores e pessoas imigrantes	Recursos do PMIMM	Realizar um seminário	Número e tipo de pessoas abrangidas	CMM em colaboração com a ACT

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e língua	Aumentar o número de pessoas estrangeiras NPT com facilidade de expressão na língua portuguesa	Fomentar a aprendizagem informal da língua portuguesa	8.Criação de espaços informais para a aprendizagem da língua portuguesa  9. Criação de grupos de conversação em português	Recursos do PMIMM  Recursos do PMIMM	Criar um espaço de aprendizagem da língua portuguesa em instalações de junta de freguesia  Criar um grupo por ano para treino da língua portuguesa	Existência e localização do espaço  Número de pessoas participantes  Número de pessoas participantes  Satisfação dos/as participantes no grupo	Juntas de freguesia e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo  CMM e juntas de freguesia

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e língua (continuação)	Promover o sucesso educativo	Aumentar as competências do pessoal docente no que diz respeito à educação intercultural	10. Formação em educação intercultural dirigida ao pessoal docente e auxiliar dos agrupamentos do concelho e dos jardins-de-infância ou ATL da rede pública	Recursos do PMIMM	Formar 50 pessoas em matéria de educação intercultural	Número de ações / horas realizadas Número de participantes Perceção dos/as participantes face aos desafios das sociedades multiculturais	Agrupamentos de Escolas do concelho CMM
		Promover o acompanhamento e o apoio escolar de crianças imigrantes	11. CRIA – Centro de Recursos para a Infância e Adolescência	Externos ao FAMI	Apoiar 10 crianças / ano	Número de crianças envolvidas Desempenho escolar das crianças	CMM

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
<b>Serviços de acolhimento e participação</b>	Tornar o CLAIM mais acessível às populações residentes no interior do concelho	Aumentar o número de pessoas imigrantes NPT das freguesias do interior que recorrem ao CLAIM	12. Realização de atendimento do CLAIM em empresas do concelho	Recursos do PMIMM	Realizar seis sessões de atendimento, por ano, em empresas do concelho	Número de atendimentos realizados nas freguesias do interior  Número de empresas envolvidas	CMM e Juntas de Freguesia

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
<b>Racismo e discriminação</b>	Desenvolver um clima favorável á integração da diversidade e valorização das diferenças	Realizar iniciativas de divulgação sobre as diferentes culturas	13. Realizar anualmente iniciativas interculturais de divulgação sobre aspetos de uma das culturas presentes entre as comunidades imigrantes	Recursos do PMIMM	Realizar uma atividade com carácter anual	Número de entidades aderentes Número de atividades realizadas Número de pessoas envolvidas e sua caracterização	CMM e Rede Social do Montijo
			14. Realizar uma campanha de desconstrução de mitos associados à imigração	Recursos do PMIMM	Realizar uma campanha	Número de suporte informativos Número de locais de divulgação	CMM
	Aumentar os conhecimentos dos atores sociais do concelho sobre interculturalidade	Formar atores sociais sobre interculturalidade	15. Formação em interculturalidade dirigida a atores sociais, incluindo dirigentes associativos	Recursos do PMIMM	Realização de uma ação/ano  Abranger 20 pessoas / ano	Número de entidades aderentes Número de atividades realizadas Número de pessoas envolvidas	CMM e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
<b>Igualdade de Género</b>	Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	Realização local de debates sobre as questões da igualdade de género, com população imigrante NPT	16.Realização de debates temáticos	Externos ao FAMI	Realizar um debate por ano, no contexto de iniciativas locais que trabalhem diretamente com imigrantes	Número de debates realizados Número de pessoas envolvidas	CMM Plano Local para a Igualdade de Género e não Discriminação

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação	Melhorar o acesso à informação das pessoas imigrantes	Dar a conhecer o concelho do Montijo e os seus recursos	17.Criação de materiais, em várias línguas, sobre o concelho do Montijo e seus recursos	Recursos do PMIMM	Criar pelo menos um material de natureza informativa sobre o concelho e recursos existentes	Número de materiais criados  Número de línguas usadas para tradução	CMM
	Promover a participação de pessoas imigrantes em atividades culturais, lúdicas e desportivas	Desenvolver atividades culturais, lúdicas e desportivas com a parceria das empresas e associações locais, dirigidas a imigrantes NPT	18. Realização em algumas empresas do concelho onde se concentre mão-de-obra imigrante de atividades culturais, lúdicas e desportivas	Recursos do PMIMM	Desenvolver pelo menos uma atividade por ano, com a participação de pelo menos uma associação local e uma empresa do concelho. Envolver pelo menos 20 pessoas imigrantes NPT	Número de atividades realizadas  Número de associações envolvidas  Número de empresas envolvidas  Número de pessoas imigrantes NPT abrangidas	CMM

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
Habitação	Melhorar as condições de acesso à habitação	Realizar campanha de informação dirigida a proprietários do concelho sobre as condições dignas de habitabilidade que devem estar subjacentes ao aluguer de espaços para fins habitacionais	19. Criação de materiais informativos e sua divulgação 20. Criação de uma equipa interinstitucional para identificação de condições indignas de habitação entre a população NPT	Recursos do PMIM	Criar uma campanha dirigida a proprietários de imóveis no concelho do Montijo sobre as condições dignas de habitabilidade que devem estar subjacentes ao aluguer de espaços para fins habitacionais Criar equipa interinstitucional capaz de identificar as condições indignas pelo menos numa das freguesias do concelho	Número de materiais criados Número de proprietários/as envolvidos/as Número de entidades envolvidas na equipa interinstitucional Número de situações de alojamento indignas identificadas	CMM Juntas de freguesia Empresas agrícolas
		Promover medidas de alojamento específicas para trabalhadores/as sazonais NPT	21. Desenvolver uma parceria com empresas locais para o desenho de medidas de alojamento específicas para trabalhadores/as sazonais		Criar com as empresas uma proposta de alojamento para trabalhadores imigrantes sazonais	Número de situações de alojamento indignas solucionadas Tipo de solução encontrada Existência de novas medidas de alojamento	

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Recursos	Metas	Indicadores	Responsáveis
Saúde	Promover o acesso à saúde	Aumentar as competências do pessoal de saúde para uma abordagem intercultural	22. Formação sobre a legislação da imigração aplicada à saúde e sobre interculturalidade	Recursos do PMIMM	Formar 20 pessoas	Número de ações / horas realizadas  Número de participantes  Perceção dos/as participantes face aos desafios das sociedades multiculturais	ACES do Montijo

## 4. Modelo de Monitorização e Avaliação

---

A avaliação tem sido considerada como “*um conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer uma informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevistos, os seus impactes e os seus custos*” (Fink, A, 1982 in Guerra, 2000). A avaliação é, pois, o processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projetos futuros.

Nesta fase de definição do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Montijo, como em qualquer fase de planeamento de uma intervenção, deve estar contemplado um plano de avaliação.

Da responsabilidade direta da Plataforma de Acompanhamento a avaliação assumirá, sobretudo, um carácter de “autoavaliação” orientada pelos seguintes princípios:

- Participação e envolvimento de todos ainda que a Câmara Municipal assuma um papel de dinamização do processo.
- Dinâmica e interação entre os diferentes elementos da equipa no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação.
- Reflexão em torno da informação recolhida.

Esta dinâmica de “autoavaliação” terá como objetivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se atua e contribuir para uma maior eficácia das ações.

Quanto ao momento em que se irá realizar a avaliação, deve apostar-se numa avaliação *on-going*, concretizada através da realização de semestrais da Plataforma de Acompanhamento.

As pessoas destinatárias do processo de avaliação serão:

- A população, em geral.

- As/os profissionais diretamente envolvidas/os na execução do plano e respetivas instituições, incluindo-se entidades parceiras e os elementos da Plataforma.
- As pessoas imigrantes.
- A Rede Social.
- O executivo da Câmara Municipal.

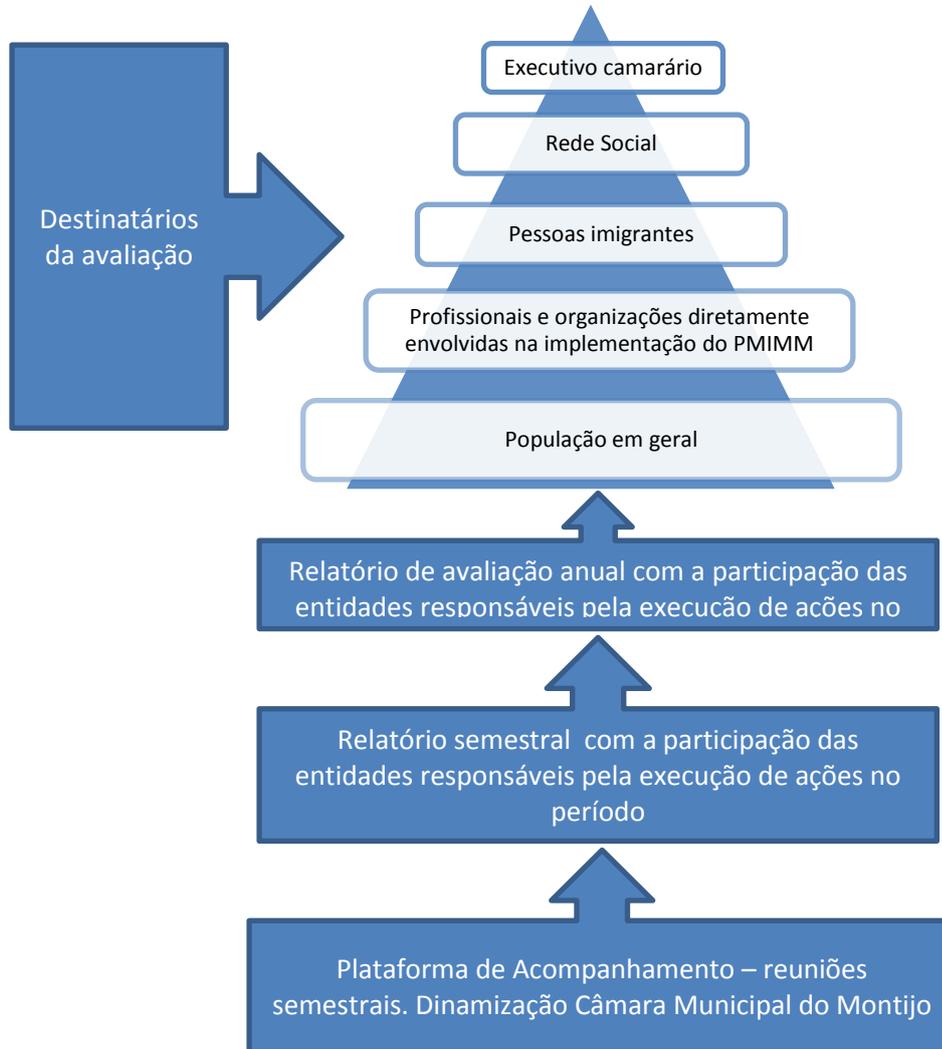
Assim para além das reuniões semestrais da Plataforma, no final de cada ano (civil) de execução do projeto deve ser elaborado um relatório de avaliação intercalar, o qual será de avaliação final no último ano.

- Reunião de executivo.
- Plenário do CLAS da Rede Social.

A avaliação do plano será feita em torno dos seguintes critérios e questões-chave:

Critérios	Questões chave
Pertinência	O plano continua a intervir nas variáveis estratégicas para produzir a mudança? Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?
Sinergia	A utilização dos recursos está a ser pensada de forma a potenciar os já existentes e /ou criar outros?
Adequação	As ações implementadas estão conforme o que foi enunciado no plano?
Participação	Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a intervenção? Os potenciais beneficiários estão a ser dinamizados?
Aderência	As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?
Eficácia	Os objetivos que se procuraram obter através das ações estão a ser conseguidos?

**Figura 25 – Dinamização da avaliação**



## 5. Acompanhamento e Modelo de Governação

---

Tal como já foi referido anteriormente, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Montijo será monitorizado no seio da sua Plataforma de Acompanhamento que deve, anualmente, produzir um relatório de avaliação.

A dinamização deste processo, numa ótica de autoavaliação, ficará a cargo da Câmara Municipal do Montijo, entidade também responsável pela gestão do plano.

Considera-se que o Plano Municipal para de Migrantes do Montijo é instrumento da Rede Social, neste sentido, ano final de cada ano (novembro) um relatório de avaliação do PMIMM será apresentado e discutido no contexto do Plenário do Conselho Local de Ação Social da Rede Social do Montijo. Para além disso, o relatório será ainda levado à discussão nas Juntas de Freguesia com sessões de apresentação pública.

As necessidades de correção que decorram deste processo de acompanhamento e de avaliação serão da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento.

94

Para efeitos de avaliação, a Plataforma de Acompanhamento integrará:

- Câmara Municipal do Montijo;
- Centro de Emprego do Montijo / Instituto de Emprego e Formação;
- Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo;
- Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho - Unidade de Cuidados à Comunidade Montijo / Alcochete;
- Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra;
- Abrigo – Associação Portuguesa de Apoio à Criança.
- União de Freguesia de Pegões e Sto. Isidro de Pegões;
- Pessoas Imigrantes.

Sob a coordenação da Câmara Municipal do Montijo caberá a cada uma destas entidades identificarem as parcerias adequadas, para além dos elementos da Plataforma de Acompanhamento com vista à execução das ações.

## 6. Referências bibliográficas e documentação consultada

---

FRA (2017), *Protecting migrant workers from exploitation in the EU: workers' perspectives - Country report Portugal*, Luxembourg: Publications Office of the European Rights, disponível em: [https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra\\_uploads/portugal-selex-ii-report\\_en.pdf](https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/portugal-selex-ii-report_en.pdf)

Gomes, Natália (2017), *A mulher estrangeira na população residente em Portugal*, Boletim Estatístico OM N.º1, Coleção *Imigração em Números* (coordenação Catarina Reis Oliveira), Observatório das Migrações.

Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais*, Estoril, Principia

Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e sinistralidade laboral*, Estudo 41 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Oliveira, C.R. e Gomes, N. (2019), *Estatísticas de Bolso da Imigração*, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

Oliveira, Catarina Reis e Gomes, Natália (2019), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019*, Coleção *Imigração em Números – Relatórios Estatísticos Anuais* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM

Oliveira, Catarina (coord.) (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*, ACM.

Perista, Heloísa (coord.) (2005), *Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*.

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, disponível em: [http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM\\_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195](http://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195)

### Sites consultados:

- Câmara Municipal do Montijo: <https://www.mun-montijo.pt/>
- Correio da Manhã: <https://www.cmjornal.pt/>
- eInforma: <https://www.einforma.pt/>
- IEFP: <https://www.iefp.pt/>

- INE: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt)
- Pordata: <https://www.pordata.pt/>
- Programa 'Escolhas': <http://www.programaescolhas.pt/>
- SEF: <https://sefstat.sef.pt/forms/home.aspx>
- Segurança Social: <http://www.seg-social.pt/inicio>